



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ANTONIA DEUSA SÁ**

**MULHERES DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL DO JARDIM**

**FELICIDADE: Campesinato e informalidade sob uma  
perspectiva de gênero.**

**Macapá**

**2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ANTONIA DEUSA SÁ**

**MULHERES DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL DO JARDIM**

**FELICIDADE: Campesinato e informalidade sob uma  
perspectiva de gênero.**

*Trabalho de Graduação apresentado ao  
Curso de Ciências Sociais da  
Universidade Federal do Amapá, como  
exigência parcial à obtenção do título  
de Licenciada e Bacharela em Ciências  
Sociais.*

*Orientador: Prof. Dr. Rosinaldo Silva  
de Sousa.*

**Macapá**

**2013**



**ANTONIA DEUSA SÁ**

**MULHERES DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL DO JARDIM**

**FELICIDADE: Campesinato e informalidade sob uma  
perspectiva de gênero**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Curso de Ciências  
Sociais da Universidade Federal do  
Amapá, como requisito parcial para  
obtenção do título de Licenciada e  
Bacharela em Ciências Sociais.

Aprovado em: 18/03/2013

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Rosinaldo Silva de Sousa  
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Fátima Lúcia Carrera Guedes Dantas  
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Iza Vanesa Guimarães  
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Para minhas filhas Karen Rebeca e Kristen Ester.

Primeiramente, agradeço a Deus, o SENHOR, que me ensina o que é útil e me guia pelo caminho em que devo andar.

Agradeço a minha família e amigos que me ajudam a encontrar meu lugar neste mundo, a acreditar nas pessoas e na vida. Principalmente meu cônjuge cuja imprescindível ajuda com a casa e as crianças me possibilitou tempo hábil para fazer este trabalho.

Também não poderia deixar de agradecer aos meus professores e professoras por tudo aquilo que contribuíram na minha trajetória acadêmica.

Em especial a todas as trabalhadoras da Feira do Produtor Rural do Jardim Felicidade e do assentamento Padre Josimo que aceitaram participar da pesquisa relatando sobre sua vida pessoal e profissional. A essas mulheres guerreiras que humildemente me aceitaram em seu meio tão nobre de trabalho e vida, meu respeito e sincera gratidão.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>1 FAMÍLIA</b> .....	9
1.1 O grupo familiar – funções e papéis .....	9
1.2 O papel de <i>Pater</i> .....	11
1.3 O papel de <i>Mater</i> .....	12
<b>2 MUDANÇAS NA FAMÍLIA</b> .....	14
2.1 Trabalho e patrimônio como fomento para a preponderância feminina.....	19
2.2 Reestruturação familiar pós-migração.....	21
2.3 Arranjos convenientes .....	23
2.4 Dinâmicas de subsistência .....	24
<b>3 A REDE DE PARENTESCO</b> .....	28
3.1 Composição de um grupo familiar .....	31
3.1.2 Organização espacial do grupo.....	33
<b>4 A REDE SOCIAL</b> .....	34
4.1 Reciprocidade como mecanismo de coesão .....	37
<b>5 INFORMALIDADE E POBREZA</b> .....	40
5.1 Feminização da Pobreza .....	40
5.2 Informalidade como mecanismo de inclusão .....	45
5.3 Gradações de pobreza e mobilidade social.....	49
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	55

## INTRODUÇÃO

É expressivo o quanto o termo família e todos os seus paradigmas têm sido objeto de inúmeros estudos e considerações não apenas no ambiente científico – haja vista a expressiva gama de trabalhos e tratados recentes sobre o tema nos diversos meios e ambientes de divulgação acadêmica e científica – mas também nos meios de comunicação de massa como a TV, e os globais como a infinidade de ambientes virtuais da internet, cujo acesso está cada vez mais disponível a todas as pessoas, mesmo as leigas.

O Censo Demográfico 2010 do IBGE na publicação das “Características da população e dos domicílios: resultados do universo” revela que o número de lares chefiados por mulheres é crescente tanto na área urbana como rural. Esse novo *status* e papéis concernentes são viabilizados, afirma Lipovetsky (2000) pela emancipação da mulher (o que a autora chama de *revolução do feminino*) em decorrência do controle de natalidade e da crescente inserção no mercado de trabalho, pois “nos últimos cinquenta anos a condição feminina mudou mais do que em todos os milênios anteriores”.

No Brasil, a mulher no trabalho (e mesmo como responsável pela família ou grupo doméstico) não é novidade, data do período colonial, afirma Del Priori (2000); tema um tanto quanto difícil de abordar, uma vez que a escassa bibliografia foi escrita em sua maioria por homens. Mas, além do campo da arte, estudos sobre a mulher têm aumentado em função do movimento mais amplo de apropriação que as mulheres tem feito de esforços dentro da sociedade, da economia, da política e intelectualidade, antes reservada aos homens (PRIORI, 2000).

Em publicação da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2010), Laís Abramo, diretora do escritório da OIT no Brasil, demonstra que a igualdade de gênero no trabalho tem estado em movimento ascendente no Brasil, mas é necessário “superar a noção da *mulher como força de trabalho secundária*”, pois esta concepção ainda persiste no imaginário social, empresarial, na teoria econômica e sociológica, e entre os formuladores de políticas públicas.

Mulheres (e negros) detêm os piores indicadores do mercado de trabalho; grande parte vive na informalidade e em empregos precários, têm os menores rendimentos e menos acesso à proteção social. Para as mulheres, isso tem um “alto custo que se expressa na *dupla jornada de trabalho*, com todas as suas consequências negativas em termos de saúde física e mental” (OIT, 2010, p. 20).

Com o objetivo de conhecer mais sobre a posição que as mulheres ocupam nas diversas esferas da vida social, evito nortear este estudo além do discurso *sexista* que subentende uma guerra entre os sexos, portanto, também evito me deter na teoria do conflito que polariza as relações em dominadores e dominados, que determina o poder como se localizado em um ponto único e específico, pois o poder no seio da família ou em outras instituições não é algo estático e cuja posse pertence a um ser. Tomo como referencial a concepção de Foucault (apud MARINHO, 2008) em que o poder flui nas relações em um processo dinâmico e mutável, portanto, nada mais lógico que estudar estas relações e suas assimetrias, e como os indivíduos investigados usam e adaptam seus recursos para usá-los em estratégias apropriadas para o bem comum do grupo doméstico e social.

Considerando-se que o poder (ou relações de poder) pode ser exercido de forma associativa para o bem comum (BOUDON e BOURRICAUD, 1982), busco avaliar as relações de gênero: como as mulheres tomadas para amostra do presente estudo têm compreendido e sobrevivido em meio a esta nova realidade que, ressalto, nem sempre é compreendida ou mesmo percebida pelas mesmas numa ótica clara e sistematizada, haja vista que conduzem suas rotinas baseadas em uma dinâmica de suprir as necessidades mais urgentes fazendo uso de saberes, mecanismos e estratégias que lhes possibilitam autonomia para decisões eficazes no seio da família e do grupo social em que estão inseridas.

O grupo doméstico é o principal objeto de estudo, uma vez que é em função deste que os conceitos e perspectivas sobre as relações de parentesco, a divisão do trabalho e a dinâmica de distribuição e assimilação de papéis são corporificadas ou, em alguns casos, são manobrados dentro das margens possíveis de satisfação das necessidades individuais (DURKHEIM, 1995).

Para contextualizar o tema proposto sobre a situação socioeconômica das mulheres e tudo que está envolvido na dinâmica de subsistência individual e familiar busco apreender, além dos papéis, a pluralidade de funções e comportamentos articulados e interdependentes dos indivíduos no interior de seus grupos, as novas funções que, por ainda não estarem visivelmente articuladas, promovem uma variação de *status* nem sempre apercebida e proferida por parecerem pouco aceitáveis ou, como diria Durkheim, *anômicas*, haja vista que é importante sentir-se em conformidade com as expectativas que ainda permeiam o conceito tradicional de família.

Desenvolvi uma pesquisa na Feira do Produtor Rural no bairro Jardim Felicidade, zona norte de Macapá, no estado do Amapá. Selecionei para observação e entrevista quatro famílias camponesas representadas por mulheres que trabalham na referida feira e residem



com suas famílias<sup>1</sup> no assentamento rural Padre Josimo, nas imediações de Abacate da Pedreira, a 40 quilômetros do centro de Macapá, com acesso pela AP 070. Também coletei dados da área periférica da feira, onde também encontrei mulheres que podem ser classificadas na mesma categoria das residentes no assentamento: mães, avós, filhas, trabalhadoras com dupla jornada de trabalho.

A coleta de dados etnográficos aconteceu entre o início de 2011 e o final de 2012, com visitas ao assentamento rural, em específico, aos sítios cujos proprietários(as) se mostraram dispostos a fornecer detalhes de suas famílias, trabalho e meio social, e visitas à feira as terças e quintas-feiras<sup>2</sup>, ora observando, ora entrevistando as comerciantes, tirando fotografias e mesmo comprando alguns produtos regionais – o que me possibilitou um real conhecimento dos preços praticados (significativamente mais baixos que nos grandes supermercados de Macapá), conhecimento da realidade destas pessoas bem como do grupo socioeconômico da qual fazem parte, seus múltiplos papéis e a dinâmica que rege suas relações.

É importante ratificar que, em se tratando de observação esporádica, ou seja, não permaneci o dia todo, ou um mês ou semana ininterruptos em campo, este é um trabalho que não exauriu, tampouco investigou todos os mínimos detalhes da rotina e das condições de vida dos indivíduos pesquisados, uma vez que minha observação se deu através de visitas que não duravam mais de 6 horas ao dia. Nestas procurei aprender as estruturas básicas que regem o cotidiano dessas pessoas, em suas relações sociais, de parentesco e como essas influenciam e mesmo determinam o *status quo* dos indivíduos e do grupo. Também é importante objeto de investigação, as transformações socioeconômicas vivenciadas pelos indivíduos e grupos domésticos de camponeses, bem como até que ponto essas transformações podem ser referencial para avaliar a evolução das condições de vida das mulheres e dos camponeses no estado do Amapá em decorrência de ações individuais ou de benefícios e políticas públicas a que tiveram acesso.

---

<sup>1</sup> O assentamento é composto por 55 lotes que, em tese, abrigam 55 famílias produtoras. No entanto apenas 05 famílias comparecem à Feira do Produtor Rural para comercializar seus produtos. Segundo informação de alguns indivíduos, essas famílias não produzem ou fazem bom uso do lote adquirido. Das cinco famílias quatro são representadas na feira por mulheres.

<sup>2</sup> A feira funciona dois dias por semana: terça e quinta-feira. Os feirantes começam a chegar a partir das 8 horas da manhã, mas a entrada da feira só é liberada para a população a partir das 11 horas. Funciona até por volta de 17 horas ou enquanto o caminhão de alguma zona de produção não vier buscar os produtores e comerciantes oriundos de várias localidades rurais além do Assentamento Padre Josimo.

## 1 FAMÍLIA

A palavra FAMÍLIA, no sentido popular e nos dicionários, significa pessoas aparentadas que, em geral, vivem na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção (Aurélio, 2011).

Para Engels, a instituição do casamento e da família faz parte da sociedade vista como um organismo total. Ele analisou as mudanças que a afetaram através dos séculos, as relações entre homens e mulheres, o modo de produção e propriedade dos bens de produção. Em sua obra clássica “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” a família tal qual é concebida nos últimos séculos é resultante das transformações nos meios de produção e acumulação de bens desde o “estado selvagem” até a família monogâmica (ENGELS, 2000).

Segundo a lógica de Engels, a sociedade passou de matriarcal para patriarcal através da opressão do homem exercida sobre esposa e filhos em função da acumulação de bens. A plena autonomia da mulher cedeu lugar ao domínio masculino a tal ponto em que mulher e filhos passaram a ser considerados como propriedade do homem que, por sua vez, detém a autoridade moral sobre o grupo, recebendo comumente o título de pai de família. Embora esta teoria seja repleta de controvérsias e alvo de inúmeras críticas, contém contundente referência sobre o poder dentro da instituição denominada família.

Tomo como um dos principais referenciais a conceituação de Woortmann (1987) sobre matrifocalidade e famílias pobres, no qual a distribuição de papéis é definida sob uma forte noção de obrigação moral, sendo esta noção preponderante sob os laços de sangue. Em outras palavras, o pertencimento ao grupo incorre em aceitação de papéis e funções legítimas, uma vez que se dá dentro de uma forte ética de parentesco e reciprocidade.

### 1.1 O grupo familiar – funções e papéis

Embora família e domicílio sejam usados como sinônimos em diversas literaturas, ao analisar Woortmann e outros autores, entendo que tal aplicação torna-se incorreta quando pretende-se fazer um estudo mais acurado sobre a organização familiar e as redes de parentesco. Segundo a teoria lévistraussiana (apud WOORTMANN, 2004) o grupo familiar tem sua origem no casamento, ratificando a passagem bíblica: *abandonarás pai e mãe*.

A teoria lévistraussiana indica que o parentesco se centra na afinidade muito mais do que na consanguinidade; ele define família como uma construção cultural, enquanto

Radcliffe-Brown (Apud WOORTMANN, 2004) define que a família elementar ou nuclear é a base de um sistema de parentesco. Esta família é composta por um homem, sua esposa e seus filhos. Sendo assim, o fator biológico torna-se elementar na constituição da família segundo este autor.

É importante observar que, opondo-se a teoria de Radcliffe-Brown e muitos outros pesquisadores, Robin Fox em pesquisas que datam de 1967, postulou que o laço conjugal é variável enquanto o laço entre mãe e filho é inevitável, portanto, este sim é o grupo social elementar e irreduzível. Ou seja, a família nuclear não constitui a unidade básica e universal da sociedade humana e tampouco dos sistemas de parentesco:

The mother-child tie is inevitable and given. The “conjugal” tie is variable. There are other ways of dealing with the problem of survival than by the institutionalization of the conjugal tie. And when we see it firmly institutionalized we should ask why this is so rather than take it for granted. (...) We should only take for granted what is obviously ‘given’ – such that women bear and rear children. Whether father can be or not persuaded to stay at home is another matter. (FOX, 1996, p. 45).<sup>3</sup>

A noção de família (em sentido lato) não implica necessariamente coabitação, mas o grupo doméstico sim. Um domicílio ou unidade doméstica (casa, apartamento, sítio, etc.) pode conter famílias secundárias devido a acontecimentos como viuvez, “mães solteiras” ou outro tipo de rompimento que conduz à necessidade de reorganização familiar o que geralmente implica coabitação. Essas famílias secundárias, em sua maioria, são formadas por uma mulher e seus filhos (díade materna) morando em um domicílio chefiado por outra pessoa.

É comum e aceitável que mães solteiras ou viúvas residam ou voltem a residir na casa dos pais, no entanto, nestes casos, a mulher com seus filhos nem sempre é considerada pelo grupo como chefe de família (NEUPERT; CALHEIROS; TURCHI, 1998). Em muitos casos têm-se três gerações vivendo em um mesmo domicílio. Nestes termos, podemos considerar a nomenclatura “família” quando tratar-se da díade mãe e filhos, e “grupo doméstico” quando tratar-se do conjunto de pessoas aparentadas e agregadas que residem juntas.

O censo do IBGE de 2010 faz a distinção entre os termos domicílio e unidade doméstica:

---

<sup>3</sup> O laço entre mãe e filho é inevitável e fato. O laço conjugal é variável. Existem outras formas de lidar com o problema da sobrevivência além da institucionalização do laço conjugal. E quando o vemos firmemente institucionalizado deveríamos perguntar por que é assim ao invés de aceitar como certo. (...) Nós deveríamos tomar por certo apenas o que é obviamente fato – que as mulheres dão à luz e criam os filhos. Se o pai pode ou não ser persuadido a ficar em casa é outra questão (tradução minha).

Unidade doméstica é a denominação que se dá ao conjunto de pessoas que vivem em um domicílio particular, cuja constituição se baseia em arranjos feitos pela pessoa, individualmente ou em grupos, para garantir para ela mesma alimentação e outros bens essenciais para sua existência. Sua formação se dá a partir da relação de parentesco ou convivência com o responsável pela unidade doméstica, assim indicado e reconhecido pelos demais membros da referida unidade como tal. Assim, de acordo com o conceito adotado, todas as pessoas que vivem em um domicílio fazem parte da mesma unidade doméstica e, nesse caso, o número de domicílios ocupados é igual ao de unidades domésticas (PRINCIPLES..., 2008, p. 100) Até o Censo Demográfico 2000, aplicava-se a denominação de “domicílio” tanto à estrutura física da moradia quanto às pessoas que nela viviam. Para o Censo Demográfico 2010, seguindo as recomendações internacionais e o entendimento de que era necessária a adoção de denominações distintas para cada situação, optou-se, então, pela adoção do termo unidade doméstica. (IBGE. 2010. Grifo meu).

Em minha pesquisa tratei com famílias e com grupos domésticos, sendo importante frisar que no caso dos sítios, tem-se em alguns casos uma grande casa onde moram todos os indivíduos, em outros, uma casa maior, frequentemente com um *puxadinho*<sup>4</sup> circundada por construções menores. O aglomerado de casas é de uma única proprietária – a chefe ou “matriarca” cuja liderança é reconhecida por todos os indivíduos que fazem parte do grupo. Este é o caso do grupo doméstico liderado por dona Gertrudes e seu Manoel.

## 1.2 O papel de *Pater*

A estrutura familiar nuclear<sup>5</sup> concede ao homem e marido o papel principal. A divisão do trabalho na família se define em função de quem são os encarregados de trazer o dinheiro de fora e de quem se especializa no serviço típico doméstico. A última pessoa a trabalhar fora de casa é a mulher e esposa, pois seu papel fundamental é garantir o bem estar doméstico da família (PRADO, 1981).

Aquele que detém o papel principal é intitulado de chefe de família ou *pater*, que é uma categoria distinta de genitor. Este é quem, científica e empiricamente, é o pai biológico, não implicando isso em nenhum tipo de domínio institucional ou econômico sobre a prole, ou seja, não chega a ser *pater* em pleno exercício de suas funções e papéis. (WOOTMANN, 2002). O termo *pater* é corretamente empregado quando se refere ao legítimo "pai de família", isto é, o provedor dos meios de subsistência e organização familiar, normalmente agregando filhos e esposa cujo trabalho ele irá governar com base em seu saber e autoridade

---

<sup>4</sup> Para os indivíduos do assentamento e pelo senso comum, *puxadinho* significa um cômodo anexo a uma casa, porém construído posteriormente de forma improvisada e geralmente precária.

<sup>5</sup> A "família nuclear" corresponde à unidade pai, mãe e filhos. Ela é nuclear porque constitui o núcleo das relações de parentesco (WOOTMANN, 2002).

legítimos. O status de *pater* é geralmente definido pelos aspectos culturais e econômicos; este se sobrepondo àquele:

No caso de divórcios onde os filhos permanecem sob a guarda da mãe, mas são, pelo menos em parte, sustentados por pensão alimentícia paga pelo pai, este último não abdicou de seu papel de "pater". O vínculo conjugal foi rompido, mas não o parental, ainda que o pai não seja mais co-residente no domicílio (WOORTMAN, 2002. p. 88).

Woortmann também cita casos de famílias camponesas em que o pai morre, mas se o filho mais velho assumir a função outrora exercida pelo pai, ou seja, se tornar-se responsável pelos irmãos e a própria mãe, e for reconhecido como tal pelos indivíduos que compõem o grupo, passa este ao status de *pater*, e governará a família. Ou seja, onde se subentende ter então uma família monoparental<sup>6</sup>, esta não se configura totalmente, pois segundo Woortmann (2002) em um ponto de vista conceitual “a noção de monoparentalidade se ajusta melhor a grupo doméstico que a família, mesmo porque a expressão ‘parental’ se refere à relação de filiação e não de conjugalidade”.

### 1.3 O papel de *Mater*

Na análise dos conceitos e identificação de papéis e funções postulados por Woortmann (2002), a *mater* é, além de mãe de família ou *genetrix*, dona de casa e responsável pelas tarefas correlatas à criação dos filhos. Para fundamentar esta proposição, ele faz uso de investigações etnográficas com famílias camponesas do Nordeste, onde encontrou situações nas quais uma mulher, embora não seja a *genetrix*, assume o papel de *mater* – mãe de família na ausência permanente desta, (seja por morte, abandono da casa ou fatores semelhantes) e passa a administrar os papéis domésticos dos membros da família bem como servi-los. Os mesmos fatores aplicados ao conceito de *pater* podem ser aplicados ao papel de *mater*.

Mary Del Priori (2000), em seu estudo sobre a natureza das relações dentro da família brasileira, e como esta, assim como as demais estruturas e instituições sociais, tem se modificando através do tempo, verifica que a família nuclear foi e ainda é o modelo dominante, mas sempre houve, no decorrer da história, famílias que se constituem ao redor de uma mulher e seus filhos e netos: famílias matrifocais. As mulheres têm feito apropriações

---

<sup>6</sup> A priori, a “família monoparental” é determinada pela ausência do pai, mas, segundo Woortmann (2000) monoparentalidade tem significados distintos em diferentes contextos; pois em contextos mais recentes tem-se uma monoparentalidade masculina onde a figura parental ausente é a da mãe.

dentro da sociedade no âmbito da economia, da política e da intelectualidade, antes reservadas aos homens; apropriações que contradizem o senso comum e mesmo em alguns estudos que têm a tendência em considerar a família matrifocal incompleta e como indício de desorganização social, mas, estas correspondem na realidade a organizações bastante funcionais dentro de determinados contextos, como os meios pobres e rurais, e o do subproletariado urbano em que a noção de casamento legal e/ou religioso não é um valor em si, mas representa um valor de classe. (PRIORI, 2000).

A família matrifocal, na qual a *mater* além de ser *genetrix* e “mãe de família” é pessoa que representa maior autoridade no âmbito familiar e comumente denominada de “chefe da família”. Em estudo com dados relativos a grupos sociais pobres em áreas urbanas onde as famílias se caracterizam por uma forte matrifocalidade, Woortmann (2002) percebeu que “para as mulheres com experiência de sucessivas uniões conjugais instáveis, a noção de família se restringe à díade materna”, configurando uma família matrifocal mesmo na presença de vida conjugal.

Entre as mulheres da feira e do assentamento não é tarefa fácil aplicar os conceitos e teorias já propostos sobre o tema “matrifocalidade”; Como afirma Raul Iturra em seu artigo sobre o “grupo doméstico e a construção conjuntural da reprodução social”, faz parte da prática científica esta dificuldade em “subordinar os fenômenos” e todos os seus elementos aos conceitos mais antigos. As famílias estudadas podem ser relativamente classificadas sob algumas formas e nomenclaturas. Algumas podem ser classificadas, a priori, como nucleares, embora a divisão de papéis não siga à risca o padrão comum do “homem como o provedor e mediador entre a casa e a rua” (DAMATTA, 1997). Outras têm fortes características matrifocais, mas, pelas tradicionais definições da antropologia, não podem assim ser classificadas, uma vez que há a presença de vida conjugal, ressaltando que esta é abertamente recente e instável em decorrência da precária capacidade do homem em prover sua atual família (a mulher e os filhos de relações anteriores).

Uma família pode ser classificada como matrifocal, uma vez é formada por uma senhora viúva e seus filhos e filhas (todos reconhecem o papel de chefe de família exercido pela mãe, inclusive o atual cônjuge) que são dependentes da habitação da mãe, embora sejam maiores de idade e já tenham seus próprios filhos e cônjuges; também dependem dos meios de produção que são de posse legítima da mãe: um terreno para cultivo. Esta é a família de dona Gertrudes que, pelo tamanho do grupo familiar e pela abundância de dados etnográficos, veio a ser a personagem principal deste estudo.

## 2 MUDANÇAS NA FAMÍLIA

Para melhor caracterizar a chefia feminina, utilizarei o conceito de Berquó, para quem esta chefia corresponde a:

(...) uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou [porque] adultos, já saíram de casa, ou [porque] já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha, ou mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa (Berquó apud Woortmann, 2002, p.28).

Para Berquó, a maioria dos arranjos domiciliares com chefia feminina é monoparental, ou seja, a mãe e seus filhos; embora estes arranjos contenham, em muitos casos, a presença de outros parentes ou mesmo de marido ou companheiro. Esta concepção torna-se adequada para a análise dos dados coletados desde que se faça referência à dinâmica que possibilita formas familiares diferenciadas de acordo com o momento de evolução do grupo.

Segundo Lipovetsky, a junção do controle da fecundidade e da atividade feminina no trabalho promoveu historicamente a mulher que passou a dispor do governo de si e de uma nova posição identitária, o que favoreceu uma mudança de gênero. O trabalho feminino se tornou legítimo quando:

O liberalismo cultural sustentado pela dinâmica de consumo e da comunicação de massa autonomizou o sexo em relação a moral, generalizou o princípio de livre posse de si através do controle de fecundidade e desvalorizou o esquema de subordinação do feminino ao masculino. Portanto, um novo ciclo histórico se estabeleceu nas sociedades democráticas: o da mulher no trabalho. Este fenômeno não transformou apenas o mundo do trabalho, mas também a relação das meninas com o estudo, as relações entre os sexos, as relações de poder dentro da casa e na sociedade (LIPOVETSKY, 2000).

Embora em sua obra, Lipovetsky (2000) não aborde com clareza como e em qual intensidade estas mudanças ocorreram em todos os extratos da sociedade, em especial a brasileira, os dados censitários do IBGE, possibilitam a inferência de que mudanças no tocante à manutenção da unidade doméstica é fato. Na análise do período intercensitário de 1991 e 2000 observa-se um aumento das famílias constituídas por mulher sem cônjuge e com filhos: de 14,9% para 17,3%, como demonstra a tabela a seguir:

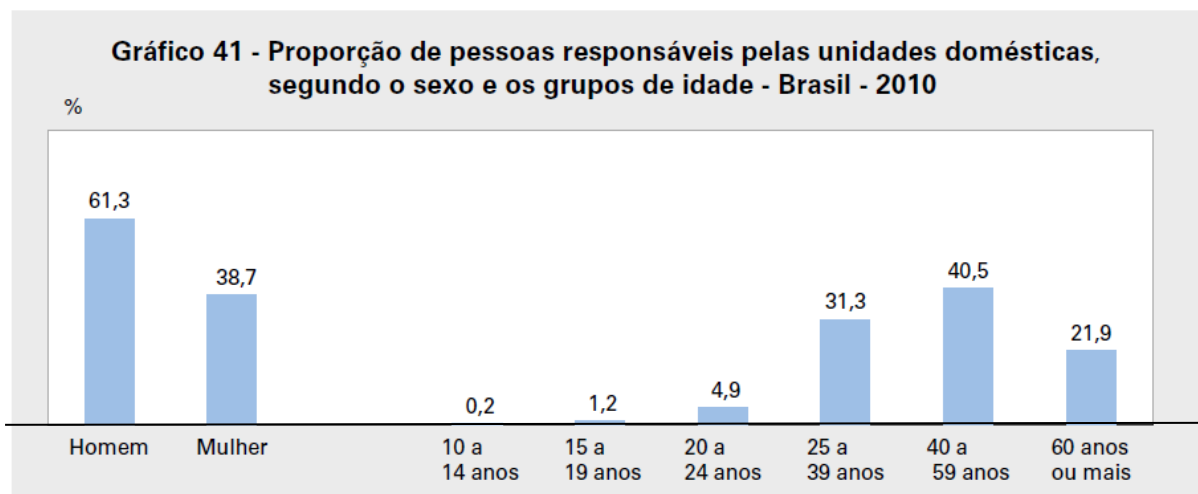
Tabela 1 – Tipos de família.

Tipo de família com parentesco	1991	2000
Total	34 894 507	43 993 672
Casal sem filhos	4 203 738	5 783 250
Casal sem filhos e com parentes	610 506	881 208
Casal com filhos	20 335 906	23 915 116
Casal com filhos e com parentes	2 549 797	2 971 769
Mulher responsável sem cônjuge e com filhos	4 265 599	6 047 643
Mulher responsável sem cônjuge com filhos e com parentes	936 469	1 542 017
Homem responsável sem cônjuge com filhos	503 986	762 869
Homem responsável sem cônjuge com filhos e parentes	132 377	187 324
Outro	1 356 129	1 902 476

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/ 2000.

Os dados do Censo Demográfico 2010 revelaram que no Brasil 30,2% dos indivíduos investigados estavam na categoria de responsável pela unidade doméstica. Desses, 61,3% eram homens (35 milhões) e 38,7%, mulheres (22 milhões). Pode-se destacar também que a maioria dos responsáveis (62,4%) tinha acima de 40 anos de idade, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Pessoas responsáveis pelo domicílio.



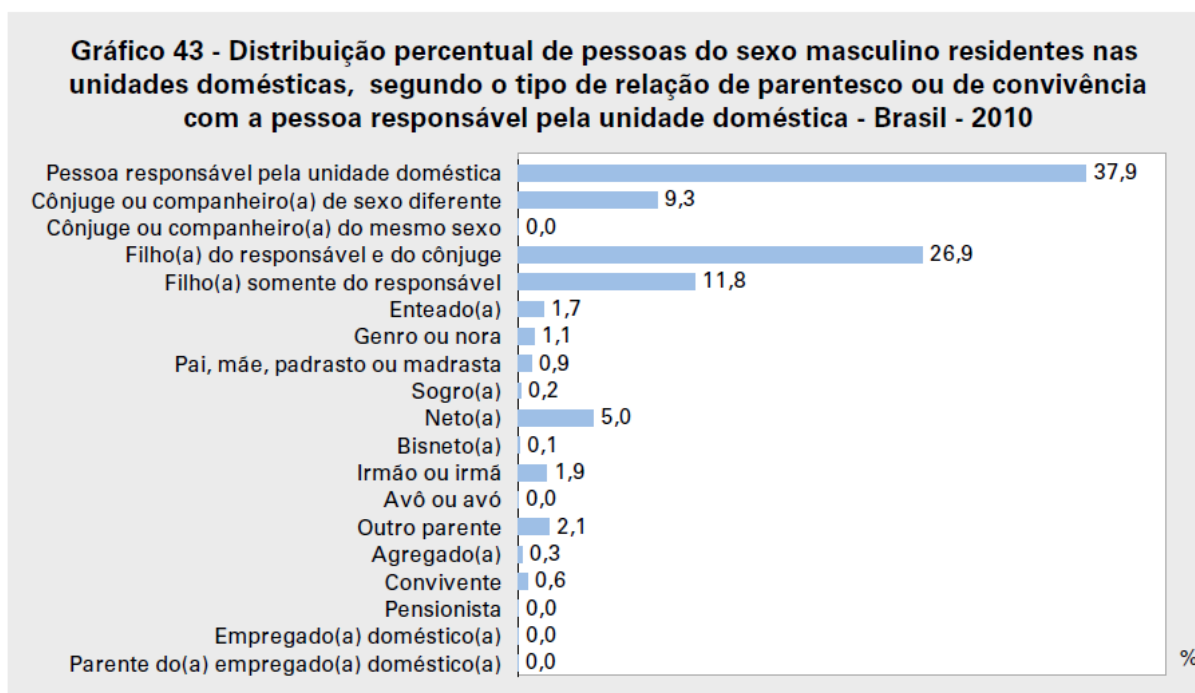
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A mulher, por sua vez, é mais representativa como cônjuge ou companheira de sexo diferente (29,7%), enquanto apenas 9,3% dos homens aparecem nessa condição. Os dados reforçam a ideia de que é crescente o número de unidades familiares com chefia feminina mesmo na presença do cônjuge. E ainda existe a possibilidade do número real ser maior, haja



vista a interferência de diversos fatores, entre eles os culturais, nas respostas dadas. É importante também ressaltar que nem sempre a pessoa que responde ao questionário do censo é a mais preparada com informações que retratem o quadro real do grupo, podendo até mesmo ser um menor de idade a atender o agente do censo.

Gráfico 2 – Mulheres responsáveis pela unidade doméstica com a presença de cônjuge.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os dados acima são usados frequentemente para fundamentar a ideia de mudança de gênero e troca de funções, como é feito na publicação intitulada “Salto alto – quando elas é que mandam”, veiculada na revista *Sociologia Ciência & Vida*<sup>7</sup>. Mas esses fatores podem representar apenas um momento da família; mesmo a família monoparental pode significar apenas um arranjo temporário na história de vida das mulheres não significando exatamente uma mudança de funções e papéis uma vez que “a noção de família é variável”, como percebido por Woortmann (2002, p.58):

A variação na forma (famílias conjugais, díades maternas, famílias extensas etc.) não corresponde a diferentes modelos de organização familiar, mas a momentos alternativos e reversíveis do mesmo modelo, cujos aspectos mais conspícuos são a instabilidade conjugal e a matrifocalidade.

<sup>7</sup> Reportagem veiculada na edição nº 06 de 2007; que veio em seguida ser o tema principal de minhas pesquisas durante toda a graduação.

Entre as famílias investigadas e na feira onde é vendida a produção de várias famílias horticultoras, o papel das mulheres é bastante expressivo, uma vez que estas são maioria na hora de representar a família na feira e em situações de cunho econômico, o que remete ao estudo de Woortmann (2002) com dados relativos a grupos sociais pobres em áreas urbanas, para quem “a chefia é contingente ao papel econômico”, uma vez que o modelo cultural dominante brasileiro estabelece que o chefe é o homem, devendo este prover a família.



Figura 1 – Placa da feira do produtor.  
Fonte: arquivo pessoal. 2011.



Figura 2 – Feirantes em final de feira.  
Fonte: arquivo pessoal. 2011.

Se aceita a conceituação de chefe como detentor único do papel de provedor e pessoa que compreende todas as funções econômicas da família, a maioria dos cônjuges das mulheres objeto deste estudo não poderia ser intitulada como chefes de família. No entanto as próprias mulheres ressaltam que seus esposos são os chefes, mas que elas são as representantes na feira por serem mais proativas e possuírem mais habilidade no comércio e demais relações de barganha. Os cônjuges destas mulheres têm sua participação expressiva no cultivo da terra, cuidado na criação de animais e outras funções dentro do perímetro do sítio, deixando a encargo da mulher a responsabilidade de estabelecer as prioridades na produção e na família e regular o dinheiro que entra e sai. No caso de dona Gertrudes, ela, os filhos e o próprio cônjuge atestaram se ela a dar a palavra final em todas as questões pertinentes á organização e manutenção do grupo.

Conversando com alguns membros da vizinhança que nutrem certa rixa como presidente da associação de moradores e agricultores do assentamento, ouvi que este embora seja o representante legal dos produtores rurais do assentamento, na verdade não produz ou planta nada, sua esposa é quem recolhe plantas medicinais e cultiva algumas outras para vendê-las na feira. Com este trabalho, tenta prover o sustento da família que é composta por

seis membros e o filho mais velho que, embora já tenha mulher e filhos, mora na propriedade da mãe e sobrevivem dos mesmos meios.

A senhora Maria dos Remédios (esposa do presidente da associação) foi meu primeiro contato na feira, quando me apresentei como pesquisadora interessada em entender e relatar a maneira como ela e sua família vivem, o que compreende distinguir a chefia da família. Ela não só omitiu o fato de não ter a ajuda do esposo, mas ainda apresentou este como figura ilustre por representar não só a liderança de sua casa, mas de todo o grupo de produtores. A resposta e postura desta senhora é aceitável se considerarmos que isto lhe garante o papel de mulher casada com o pai de seus filhos (exceto o mais velho) e, portanto, uma pessoa respeitável em meio aos seus iguais; haja vista que sua vinda do Maranhão para o Amapá foi para trabalhar na cantina de um bar que também funcionava como ponto de prostituição no garimpo Vila Nova, onde conheceu o esposo. No entanto, alguns vizinhos não veem este da mesma forma que sua família, como exemplificado em diálogo com dona Gertrudes:

Ele não faz nada não; diz que faz “bico”, mas passa o dia todo deitado numa rede lá na varanda; se você chegar lá vai ver. Depois ele aparece na reunião querendo mandar na associação. Sem falar que quem manda na casa dele é a Maria dos Remédios; e ela ainda vive fazendo confusão e briga com a gente. Ele não resolve nada!

Esta situação paradoxal remete ao estudo de Nascimento (1999) sobre o desemprego masculino que tem alicerçado “atualizações de gênero”, similares às verificadas entre as famílias do assentamento. Ele verificou a existência de homens que tem uma trajetória de trabalho intermitente, ou seja, tiveram períodos empregados, mas, frequentemente, estavam novamente desempregados, e por fim acomodavam-se ao desemprego, o que os impedia de fazer um bico de vez em quando e trazer algum sentido à sua participação no grupo familiar sem, no entanto, alcançar ou retomar o status de chefe de família. Os indivíduos<sup>8</sup> eram sustentados mais frequentemente por uma mulher: a mãe ou a esposa.

Em entrevista, outra produtora do assentamento fez questão de afirmar que seu marido não é como o da vizinha (Gertrudes) que manda no sítio e na família. Seu marido tem papel principal (é o chefe ou pater), pois este faz o trabalho principal e mais pesado do sítio,

---

<sup>8</sup> Esta categoria de homens, embora não seja o objeto deste estudo, é importante personagem para compreensão de um dos meandros da chefia feminina, pois estes homens a princípio foram mantenedores ou co-mantenedores de suas famílias, mas em um dado momento perderam o emprego e não mais conseguiram reinserção no mercado de trabalho, chegando a um ponto em que desistiram de procurar, tornando-se assim mais um membro da família cuja mulher precisa prover o necessário para subsistência. Em escassos momentos estes homens fazem bicos que lhes rendem algum dinheiro, mas por circunstâncias culturais do grupo de homens assim denominados, esses rendimentos são gastos, em sua maioria, em bares ou outras diversões com os amigos – um *igual* (Nascimento, 1999).

deixando a ela apenas o trabalho mais leve, ou seja, embora seja a mulher quem controla as vendas e o dinheiro da família, ela ainda se compreende dentro do âmbito das funções domésticas – uma legítima *mater*. “Ele não é uma *portamilar*<sup>9</sup> como o da vizinha”, afirmou a senhora.



Figura 3 – Preparo do cheiro-verde para venda na feira.  
Fonte: arquivo pessoal. 2011.



Figura 4 – Banca de uma mulher do assentamento.  
Fonte: arquivo pessoal. 2011.

## 2.1 Trabalho e patrimônio como fomento para a preponderância feminina

Para o melhor entendimento da preponderância dentro das estruturas sociais e de parentesco (a chefia) é necessário para compreensão de que esta estrutura está fortemente alicerçada à noção de poder e a assimetria que este compreende; pois a distribuição de funções e benefícios poderia ser inviável ou ineficaz caso os indivíduos não tivessem suas possíveis resistências e vontades adversas sancionadas pelo caráter estratégico do poder (BOUDON e BOURRICAUD, 2007).

Em todos os grupos domésticos estudados na comunidade Padre Josimo observei que este poder não é exercido exclusivamente para impor a vontade de A sobre B, ou o aumento da capacidade de ganho de A em detrimento de B, pois ele “emerge da agregação ou da composição de uma variedade de tipos de interações elementares. Embora A disponha de recursos para assegurar a cooperação de B, é mais assertivo dizer que o aumento da capacidade de ganho pode ser atribuído à dupla AB (BOUDON e BOURRICAUD, 2007).

Para que todas as tarefas do sítio e a venda da produção sejam feitas com a devida coerência e objetividade é necessário que a divisão do trabalho seja legítima a todos, ou seja,

<sup>9</sup> Quando indaguei sobre o significado do termo “portamilar” a senhora se mostrou um tanto constrangida, como que por ter, aparentemente, difamado o cônjuge da vizinha. Esclareceu que não queria usar este termo, embora o referido homem de fato não tenha respeito e dignidade de pai de família por não merecer ou ter qualificações para tal. A ideia que tive é de que o termo tem um significado local pejorativo e que este senhor é visto pela comunidade como um homem inferior aos demais – não é um *pater*.

todos cooperam dentro do seu campo de atuação, sempre intervindo o chefe ou a chefe da família quando surgirem situações que fujam a rotina e, como percebi, coordenando as múltiplas atividades para a realização do “fim coletivo”: suprir as necessidades de todos.

Seguindo essa concepção de “bem comum” percebi que a chefia dentro dos grupos estudados, em especial a chefia de dona Gertrudes não é hierárquica, mas associativa, pois seu cônjuge, embora não seja pai de seus filhos tampouco exerça a função de legítimo *pater*, está presente em diversas etapas do processo, desde trabalhar a terra até apontar possíveis soluções para as intercorrências que surgem. Ele, embora não seja o controlador do dinheiro que entra e sai, tem acesso livre à bolsa onde é guardado o dinheiro da casa. Pelo aferido, seria assertivo dizer que, como propõem BOUDON e BOURRICAUD (2007), a coordenação e a relação de poder não é hierárquica em que B obedece a A, mas associativa, ou seja, o poder flui na associação AB, sem características impositivas.

As filhas de dona Gertrudes já tiveram de duas a três relações que precederam a atual, e tiveram filhos em todas as relações. O que percebi em entrevista com a mais velha é que pelo fato das relações serem muito instáveis, e assim serem os filhos de uma mesma mãe com pais diversos, o cônjuge desta não é considerado *pater* nem por ela nem pelos filhos (principalmente o mais velho que já trabalha e ajuda financeiramente a mãe); fato que não impede o atual companheiro de exercer um papel importante no grupo, como ter acesso à terra da mãe da esposa bem como benefícios comuns ao grupo, mas pelo declarado pela mulher e a postura relativamente submissa deste à chefia da sogra e independência do enteado mais velho, este já absorveu o papel associativo – uma família *conjugal*, como nomeia Fox (1996). Essa proposição é mais bem exemplificada no estudo de Woortmann:

A mãe com seus filhos pode também, nos casos de dissolução de uma união conjugal, passar a residir temporariamente com sua própria mãe, o que frequentemente resulta na formação de um arranjo que pode ser caracterizado como uma díade materna dupla, já que a história de vida da filha pode replicar a da mãe. Pode haver, então, uma extensão ideológica do conceito *matricentrado* de família, incluindo a casa da avó (WOORTMANN, 2002, p. 55).

Em sua análise, Woortmann demonstra que em pesquisas com grupos rurais, as mulheres manipulam a postura de chefia em função da provisão econômica, uma vez que a empregabilidade dos homens é muito instável em decorrência do modelo econômico predominante – fator que implica em sua capacidade do homem como provedor.

A referida manipulação é mais efetiva principalmente se a propriedade rural ou casa pertence à mulher ou mãe desta. Pude constatar essa proposição analisando os dados

etnográficos do grupo familiar de dona Gertrude: As mulheres e filhos representam a unidade constante do grupo e os homens aparecem como transitórios, mesmo quando têm um filho<sup>10</sup> com a atual companheira. Neste caso, define-se uma família monoparental mesmo tendo casal e filhos.

Embora as famílias das filhas possam ser caracterizadas pela monoparentalidade matrifocal, as jovens senhoras não são chefes de família, pois este *status* pertence à mulher mais velha que é dona da propriedade e dos principais meios de produção. O que também é exemplificado entre os dados relativos a grupos sociais pobres em áreas urbanas:

A noção de chefia é variável. Assim, no caso de casais que vivem em grupos domésticos do tipo família extensa matrilateral, o marido pode ser chefe de sua família nuclear, mas não "chefe da casa" isto é, do grupo doméstico como um todo. Em outros casos, a chefia da casa e da família localizava-se na mulher, proprietária da casa. Mais que "dona de casa", ela era dona da casa. Quando uma mulher se engajava em nova relação conjugal, o homem podia ser chefe provedor, mas não era chefe da família. Para as mulheres que tiveram filhos com vários homens, a família, como foi dito, se limitava à relação mãe-filhos (WOORTMANN, 2002, p.56).

## 2.2 Reestruturação familiar pós-migração

Embora todas as famílias sejam de migrantes do Maranhão, vivem do cultivo e venda de hortifrúti, aves e plantas medicinais, dona Gertrudes destacou-se por ter o grupo doméstico mais extenso e por ter narrado com mais precisão uma história de vida com muitos detalhes peculiares às mulheres e família migrantes que vêm para o estado do Amapá.

Esta senhora de 50 anos é oriunda do interior do estado do Maranhão. Apesar de ter se casado e contraído 12 gestações que resultaram em sete filhos, tomou a iniciativa de migrar para o Amapá em busca de melhores condições de vida para a família, enquanto o esposo permaneceu no Pará cuidando de cinco dos sete filhos do casal; os dois filhos mais novos (caçulas) vieram com a mãe.

Pelos conceitos já discutidos, apreendo esta personagem como chefe de família desde sua chegada ao Amapá, pois apesar da existência do cônjuge, ela foi a pioneira em buscar uma solução econômica para a família. Para isso ingressou em uma série de empregos informais e tornou-se a única responsável pela provisão de todos os indivíduos do grupo; inclusive teve que enviar dinheiro para o esposo e demais filhos virem ao seu encontro na cidade de Macapá.

---

<sup>10</sup> Ao final de minha pesquisa no assentamento, todas as filhas, exceto a mais nova, estavam grávidas do atual cônjuge.

Gertrudes era lavadora de ônibus das 18hs às 5hs da manhã. Das 7 às 13 horas tinha um segundo emprego como babá dos filhos de seu superior imediato da empresa de ônibus, e nos finais de semana trabalhava como auxiliar na banca de peixe do irmão; jornada que lhe possibilitou os recursos necessários para construir uma pequena casa de madeira no bairro Novo Horizonte, zona norte da cidade de Macapá.

O esposo de dona Gertrudes, embora ao chegar à Macapá tenha obtido um trabalho que lhe trouxe uma modesta renda, pouco ajudava a família, uma vez que gastava a maior parte de seus dividendos com coisas pessoais e gastos escusos, o que remonta ao estudo de Nascimento (1999) sobre atualizações de gênero e o modelo de vida de alguns homens que gastam em bares e com os amigos o pouco dinheiro que obtêm através de bicos e outros empregos instáveis, deixando a encargo da mulher provê o necessário para a subsistência do grupo.

O peso de prover as necessidades de todos era tal, que dona Gertrudes foi obrigada a pagar, via judicial, a passagem do esposo de volta para o estado do Pará, uma vez que este não se adaptou ao Amapá. Ela pagou a passagem dele de volta porque este queria vender a casa da família e retornar ao Pará com o dinheiro; como ela se opôs, uma vez que obtivera o imóvel por esforços individuais, ele a denunciou ao órgão de justiça competente na tentativa de obter a permissão para vender a casa.

Apesar de não obter sucesso na investida de vender a casa da família, o referido cônjuge teve seu retorno custeado pela esposa, que ainda ficou com a responsabilidade dos sete filhos do casal, o que, somando-se a outros fatores adversos, lhe impossibilitou a continuidade da tripla jornada de trabalho, o que terminou conduzindo a “matriarca” e sua prole a viver no assentamento rural Padre Josimo como caseira. Tratando com estes dados e a bibliografia pertinente, percebe-se que desarranjos e rearranjos na estrutura familiar são uma constante na vida de migrantes, podendo significar que estes sempre buscam uma forma de reorganização quando o modelo de pai provedor inerente ao modelo tradicional de família nuclear sofre desagregações que poderiam desmantelar toda a estrutura do grupo.

Combinando os dados de campo com a análise de Nascimento (1999) e Woortmann (2002) sobre a situação socioeconômica desses sujeitos, verifiquei que chega um ponto no qual, embora outrora o homem compartilhasse as despesas com a mulher, alguns se tornam sujeitos de quem já não se espera mais a provisão da família, haja vista a contínua situação de desemprego, o que é visto pelas mulheres como incapacidade ou interesse para uma reinserção no mercado de trabalho.

### 2.3 Arranjos convenientes

Todas as mulheres entrevistadas têm um cônjuge (pelo menos no período de minha pesquisa). Doralice (a mais idosa entre as entrevistadas) deixou bem claro que é casada no civil e no religioso; Mara disse que apesar de não ser casada no cartório e na igreja, vive com seu marido há mais de 20 anos. A esposa do presidente da associação também tem muitos anos de casada, mas nunca oficializaram a união. As cinco filhas de dona Gertrudes, apesar de todos os relacionamentos anteriores, nunca tiveram nenhum destes oficializado em órgão competente, mas chamam seus cônjuges de marido e consideram-se casadas.

Dona Gertrudes vive há alguns anos com um companheiro – seu Damião: pessoa que já convivia com a família como um amigo, mas depois de necessidades múltiplas de ambos os lados, tornou-se conveniente levarem a termo a união em função da moradia que o referido senhor não tinha. Ele também não tinha parentes na região, mas tinha uma fonte de renda que lhe serviram para (em um período de enfermidade) contribuir com mantimentos para os filhos da senhora.

Gertrudes teve um Acidente Vascular Cerebral (AVC) no ano de 2006, o que lhe impossibilitou todos os movimentos físicos, oportunizando assim a união de fato e por necessidade com o senhor Damião. Como na referência de Woortmann (2002) em que a instabilidade conjugal para as mulheres está associada com a ideia (definida por elas mesmas) de que trocar de marido ou companheiro é uma forma de garantir sustento para si próprio e para seus filhos. Embora essa regra tenha certos níveis de concordância com as amostras do assentamento, em alguns casos apresenta algumas variantes que carecem de atento trato para não incorrer em uma generalização que empobreceria a pesquisa e comprometeria a acuidade dos resultados.

É pertinente mencionar que embora a maioria das entrevistadas apresente algum grau de similaridade com o exemplo das mulheres estudadas por Woortmann, isso não está claramente sistematizado em suas falas, mas pode ser percebido a partir da junção de suas entrevistas e observação ora passiva, ora ativa na dinâmica do sítio. No caso de Gertrudes e Damião, embora a efetivação da união tenha se dado em momento oportuno, os dois trabalham, mas é ela quem, além de ter construído sua própria casa após recuperar-se do AVC, responde pelas atividades econômicas da família, ou seja, quem controla os insumos necessários para o plantio, as quantidades de colheita e venda, os pagamentos necessários bem como as formas de uso do excedente financeiro, haja vista ser ela a proprietária do terreno.



Outro fator observado no grupo de mulheres pesquisado é que, em todos os casos estudados, a presença do homem sendo ou não complementar, se dá apenas no lar e na plantação ou criação de animais, pois é a mulher quem comparece em todas as feiras. Em entrevista com senhor Damião, este se mostrou contente com seu papel na família, uma vez que fazer parte do grupo possibilitou-lhe além de residência fixa, maior domínio sobre suas próprias finanças, o que repercutiu em uma melhor situação social, como esclarece em sua fala:

Antes eu gastava todo o meu dinheiro em festa e bebida; não pensava muito no futuro nem na minha vida mesmo. Agora é diferente. Eu não gasto com besteira e tenho uma vida mais sossegada. Me sinto bem pois todos os filhos dela me respeitam e pedem minha opinião (...) me tratam bem.

Percebe-se que não só fator econômico é importante, mas a presença de laços afetivos tem cristalizado ainda mais a estrutura familiar, parecendo amenizar certa timidez do personagem masculino em se afirmar como homem e apenas membro do grupo familiar, mas sem ser o chefe; uma vez que para esse papel, ele deveria ser o único ou principal provedor e administrador dos bens da família.

## **2.4 Dinâmicas de subsistência**

Considerando o fato de que a família, historicamente, vem passando por diversas transformações em função das mudanças estruturais da sociedade, percebo que essas transformações têm afetado a dinâmica de funcionamento do grupo familiar – as relações entre os seus membros bem como o desempenho dos diversos papéis – sem alterá-lo a ponto de perder coesão necessária para manter o grupo economicamente ativo bem como a continuidade do grupo.

Em entrevista com Eliete – filha mais velha de Gertrudes, é perceptível o quanto o fator econômico tem sido preponderante para a manutenção de uma relação estável, bem como a ruptura de uma instável. Ela está atualmente em uma relação com um rapaz 12 anos mais jovem, que trabalha na horticultura agregado ao grupo familiar da esposa. Este rapaz se agregou à família e passou a morar com Eliete e seus filhos (somente dela) em um dos casebres do pequeno aglomerado de construções que circundam a casa da “matriarca”. Os dois cômodos de madeira cobertos com telhas de amianto foi a primeira construída para o grupo; passando a ser de Eliete quando Gertrude foi contemplada por um programa de transferência de renda para construção de casa própria na zona rural.



Figura 5 – Casa da “matriarca” Gertrudes.  
Fonte: arquivo pessoal. 2011.

Embora Eliete ainda não tenha filhos do atual casamento, adotou a irmã mais nova do esposo para que esta venha cuidar da casa e de seus três filhos provenientes dos três relacionamentos precedentes, fato que, em alguns aspectos, vem ao encontro da teoria da dádiva e reciprocidade fundamentada por Mauss (apud LANA, 2000) e o “ensaio sobre a dádiva” em que as massas teriam melhor que os dirigentes o sentido do interesse comum. Eliete relata que o primeiro filho nasceu quando ela tinha 15 anos de idade e morava com um rapaz que prestava serviços em uma lanchonete onde ela também trabalhava. Os recursos deste eram complementares, mas foi impossível manter a relação uma vez que este era espancador e mulherengo. O segundo filho veio aos seus vinte um anos, oriundos de outra relação que também não deu certo, como relatado pela entrevistada:

Ele era um malandro, não queria trabalhar, não queria nada com nada (...). Nesse tempo eu é que sustentava minha casa com a ajuda de minha mãe. Foi quando resolvi me separar e deixar meus filhos com minha mãe para ir trabalhar no Suriname, tentar a vida. Fiquei pouco tempo lá, uns cinco meses, aí voltei para casa de minha mãe onde estavam meus filhos (Eliete).

Como nas intercorrências anteriores, mais uma vez esta personagem saiu da casa da mãe em busca de melhores condições de vida, pois “não nasceu para trabalhar na lavoura”

como ressalta. Foi para o Pará, onde morava seu pai e logo contraiu uma terceira relação e gestação. Mas, como nas tentativas anteriores, a relação também não progrediu.

Vivemos juntos morando na casa de um tio dele porque ele não tinha casa própria nem emprego fixo; fazia bicos, mas era o mais violento de todos: bebia e me batia. Um dia ele me feriu com facadas. Foi então que resolvi voltar de vez para a casa de minha mãe e morar sozinha com meus três filhos.

Analisando esta breve narração da história de vida de Eliete, podemos constatar que a marginalidade econômica e social, além de ser fator decisivo para que as relações não dessem certo, também impulsionaram seus atores, em específico a mulher mãe de três filhos a continuar na marginalidade e depender ainda daquela que obviamente era quem ainda mantinha condições sociais mínimas de subsistência para a família: a mãe e avó Gertrudes; tendo também à sua volta um bom número de pessoas que também provê ajuda mútua: compartilhando o excedente da venda, emprestando ou ofertando dinheiro, cozinhando para todos, cuidando das crianças para a mãe estudar, trabalhar, etc.

É importante ressaltar que mesmo vivendo na informalidade – o que ainda é visto como inclusão social periférica e até exclusão, Gertrudes é uma pessoa que agrega todas as condições básicas para manter a família como uma rede dinâmica que, em seus vários momentos de organização e reorganização, continua provendo certa identidade e dignidade aos seus membros dentro dos padrões socioeconômicos e culturais do grupo. Isso nos remete ao conceito substantivo de “economia” de Polanyi sob a ótica de Cardoso Machado (2010), no qual o indivíduo para assegurar a sua sobrevivência recorre aos laços sociais e redes de parentesco.

A referida senhora me informou com aparente orgulho de seu mérito que é a única mulher entre os proprietários de lote do assentamento. Isso lhe garante não apenas mais status entre os familiares como entre todos os vizinhos; no entanto ainda enfrenta certa discriminação e resistência por parte dos outros membros da associação dos produtores rurais, haja vista o fato de ser mulher e ter muita desenvoltura nos negócios bem como voz ativa em todas as reuniões. Ainda sobre a propriedade da terra, encontrei neste estudo certas características do campesinato como ordem moral descrito por Woortmann (1990). Ou seja, a posse da propriedade além de constituir um significativo elemento agregador do grupo doméstico é também o elemento catalizador de valores éticos e econômicos dos indivíduos. Essa ideia pode ser mais bem exemplificada nas palavras do autor:

Não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor (Woortmann, 1990. p. 12).

A posse de um terreno é imprescindível para o sustento bem como a organização do grupo familiar de dona Gertrudes. O plantio é feito de maneira diversificada para que o solo seja bem aproveitado sem esgotar toda a área virgem. Como mostra as fotos abaixo:



Figura 6 – Sítio de Gertrudes – plantação de alface.  
Fonte: arquivo pessoal. 2011.



Figura 7 – Sítio de Gertrudes – plantação de maracujá.  
Fonte: arquivo pessoal. 2011.

### 3 A REDE DE PARENTESCO

Gertrudes é a quarta filha de uma família de sete irmãos filhos de um casal de agricultores do interior do Maranhão. Estudou até a terceira série do ensino fundamental, pois desde adolescência precisou trabalhar fora de casa para obtenção de melhores condições de vida, embora isso não implicasse receber um salário propriamente, mas apenas o necessário como roupas, alimento e um lugar para residir na cidade, uma vez que os pais moravam em uma pequena casa de “taipa” em uma região remota onde escola era inexistente.

Todos os irmãos aos poucos foram deixando a casa paterna em busca de melhores condições de vida, sendo que quando um deles encontrava alguma prosperidade, logo atraía todos os parentes, incluindo os idosos pais, para residir na mesma localidade onde poderiam contar com ajuda uns dos outros. Nesta saga partiram do Maranhão para o Pará e posteriormente para o Amapá, configurando o típico êxodo rural.

Ela chegou ao Amapá em 1987, convidada pelo irmão Jovino, o primeiro a vir para esta localidade. Jovino não apenas convidou a irmã como também pagou a passagem para dois dos filhos de Gertrudes vir ao seu encontro. Aqui chegando, Jovino conseguiu emprego para a irmã na empresa de ônibus Catane (atual união Macapá), concedeu-lhe a possibilidade de ajudá-la aos fins de semana em seu negócio de peixes (atravessamento e venda direta ao consumidor).

Jovino foi o principal colaborador na construção da casa (barraco) onde a irmã passou a residir com os filhos. A esposa dele, por sua vez, ajudava no cuidado dos filhos de Gertrudes para que ela pudesse desempenhar uma múltipla jornada de trabalho que lhe possibilitou trazer o restante de sua prole e o marido para morarem com ela. Atualmente, ele parece ser “o cabeça” da rede familiar, uma vez que o irmão mais velho que desempenhava essa função faleceu. Embora ele resida no bairro Açai, está em constante contato com Gertrudes e também cuida dos pais idosos que vieram morar com o filho; em um “puxadinho” construído para eles. Todas as vezes que visitei a feira, encontrei-o por lá, ora conversando com a irmã, ora negociando algumas verduras para revender em seu negócio (de peixe), hora conversando sobre os rumos da família, uma vez que sua esposa sofre de câncer e Gertrudes é a pessoa com quem o irmão busca conselhos sobre o que fazer sobre os problemas enfrentados em seu pequeno negócio, sobre a doença da esposa e outros assuntos pertinentes à sua família.

Analisando as relações da família em questão, pude constatar que estas relações possibilitam formas de trabalho que tem como base a “confiança” estabelecida entre

aparentados de sangue ou compadrio com aspectos semelhantes aos dados da análise feita por Soto (1987) entre moradores de um povoado<sup>11</sup> peruano sobre associações entre grupos de trabalho informal na América Latina:

Sólo podremos asociarnos con gente en la cual tenemos confianza, porque es la única manera de asociarnos en dos tareas distintas, pero que contribuyen a crear prosperidad en una sola entidad. Así, pienso que me voy a asociar con primos, hermanos, mis cuñados, mis compadres, y él va a hacer lo mismo. (SOTO, 1987, pp. 29, 30).

O grupo regido por relações de parentesco e mesmo de vizinhos cujos laços são tão fortes quanto os daqueles, parece fomentar o ambiente ideal para prover confiança na equidade dos resultados bem como suporte para enfrentar a escassez. O que pode ser percebido no movimento migratório da família de Gertrude: Todos os irmãos e irmãs, um após o outro, migraram para o estado do Amapá, já não mais com a ajuda de Jovino apenas, mas da própria Gertrudes que outrora precisou do dinheiro do irmão.

Em observação e entrevista com os filhos de Gertrudes, recolhi importantes dados que vêm ao encontro desta teoria em que a interdependência entre os membros de um grupo é o fator de coesão que vai determinar o comportamento individual de seus membros. Essas circunstâncias se apresentam como naturais e, portanto, perfeitamente internalizadas pelos indivíduos.

Para melhor exemplificar o acima proposto, tomo como amostra o casal Juvenal e Luciete, que já estão casados<sup>12</sup> há aproximadamente nove anos e desde o início da relação moram com a mãe de Juvenal. No período da coleta de dados estavam construindo uma casa de alvenaria no mesmo terreno da “matriarca”. Mesmo estando em fase de construção, faltando o piso, reboco, algumas portas e janelas, a casa já é a moradia desta “família nuclear”.

Luciete relatou que há uns cinco anos atrás o marido era um tanto festeiro e passava os fins de semana bebendo com os amigos. Isso aborrecia muito a esposa que decidiu por fim na

---

<sup>11</sup>Mariscal Castilla, Lima, Peru.

<sup>12</sup> É importante ressaltar que, embora não tenha a união oficializada em cartório ou igreja, o casal intitula-se “casados”. Perguntei se não era de interesse deles oficializar o casamento, e a resposta foi negativa, uma vez que para eles isso “não faz diferença alguma, pois não têm recursos financeiros para fazer uma festa – o que seria a parte mais interessante”. Isso remete à ideia de resistência ao modelo de instituição da família que ainda tende a predominar no Brasil. Para maior entendimento desta questão, vale verificar o estudo de Christina Nogueira sobre a “Família e Relações Geracionais”, para quem a família Brasileira de visão elitista que ainda tende a impor um modelo único, anulando tantas outras formas de organização familiar. “(...) como atualmente, entre as famílias populares em que às dificuldades econômicas, políticas somam-se as ideológicas de não respeito às diferenças étnico-culturais (NOGUEIRA, 2007, p. 2).”

relação<sup>13</sup> e ir morar com os três filhos em Macapá. Lá pôde morar em uma pequena casa de um parente e conseguiu trabalho; mas depois de alguns meses viu que era impossível continuar trabalhando fora de casa em virtude do cuidado com as crianças: não tinha ninguém com quem deixar os filhos para poder trabalhar e manter a família.

Além de ainda gostar do companheiro, foi o fator socioeconômico que impulsionou a volta ao ambiente familiar do esposo. Sua participação no grupo é considerável, pois quando o marido está ausente trabalhando na mercearia é ela quem cuida da horta, pois os filhos estão sempre por perto e ainda conta com a ajuda da irmã mais nova de Juvenal para observá-los.

Luciete também ajuda Gertrudes em diversas tarefas do sítio, uma vez que é um dos membros da família que fica em tempo integral no terreno. Não recebe remuneração específica, mas é ajudada mensalmente (pela sogra) ou conforme necessidade recebendo produtos de cesta básica, remédios para os filhos e mesmo algum dinheiro. Em suas palavras: “Uma ajuda a outra aqui!” Estes dados ilustram convenientemente a proposição de Polanyi sobre a proeminência das relações sociais ante as econômicas. A produção econômica não é nada mais que consequência da dinâmica social presente neste âmbito familiar – a rede de parentesco. Para Polanyi, o homem é um ser social por excelência, condicionado naturalmente à necessidade natural de conviver devidamente com os outros para a sobrevivência humana, sendo tal necessidade manifesta em todas as épocas e sociedades.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não econômicas. (POLANYI, 1980. p 65).

À primeira vista, pode-se compreender a família em estudo como meramente um grupo coeso devido à carência material. Indivíduos reunidos diante da compulsória e frequente necessidade de sobrevivência. Mas convém observar os limites dos fatores materiais que levam a tal agregação; para além de uma simplificação existem características expressas na família, reveladoras da primazia social em grupos humanos. Uma das características

---

<sup>13</sup> No final de 2012, quando recolhi os últimos dados para este trabalho, o casal encontrava-se separado novamente, pois foram morar em outra cidade com os pais de Luciete. Em desavença, Juvenal voltou para o assentamento e, como tinha vendido sua casa para a irmã, estava morando com sua mãe.

apreendidas durante minha investigação é que não há conflito ou desavença por causa de dinheiro entre os membros do grupo<sup>14</sup>.

Pode-se dizer que os indivíduos tendem a mover-se naturalmente no sentido de fazer parte do todo. Uma simplificação disso pode ser notada em um fato curioso: no início da pesquisa, a “matriarca” falou-me do seu desejo e necessidade de parar de fumar, uma vez que sua filha mais nova começou a frequentar uma igreja evangélica e como prosélita convicta estava passando à família as doutrinas recém-adquiridas, embora essa viesse a tolher vários hábitos de alguns, em especial o hábito de fumar desde a adolescência.

Um ano depois do início da coleta de dados no assentamento, Gertrudes não fumou um cigarro sequer em minha presença e me informou que estava frequentando a igreja coma filha e ainda levava seus outros filhos a fazer o mesmo, uma vez que todos desejam manterem-se coesos e felizes enquanto família, mesmo que para isso o antigo hábito de fumar tenha sido sacrificado em virtude de conduzir o grupo a uma crença<sup>15</sup> que trará supostos benefícios ou virtude ao grupo.

O relato acima pode também ser entendido pela proposição de Polanyi na qual obrigações sociais são recíprocas, devendo o homem excluir do seu pensamento o auto interesse econômico para melhor servir a comunidade. Para tanto, variadas são a premiações sociais, como o prestígio, que estimulam o homem à aniquilação dos interesses puramente individuais. Pelo exemplo citado, parece que a premiação foi o reconhecimento social e pessoal e a aprovação de sua filha bem como de representantes da sociedade local.

### **3.1 Composição de um grupo familiar**

O maior grupo familiar estudado – o de dona Gertrudes – é composto por três gerações, somando, no período da pesquisa, 31 membros residindo no sítio. O grupo é formado por Gertrudes com o cônjuge – Damião e os seguintes membros:

3.1.1 A filha mais velha com 28 anos: vive com o atual companheiro, três filhos (todos de relações anteriores) e a irmã adolescente deste companheiro. Residem na primeira casa de tábuas construídas na propriedade; esta foi passada á filha quando Gertrudes construiu uma casa de alvenaria.

---

<sup>14</sup> Tomo com referência os dois anos em que observei o grupo e todos os dados coletados.

<sup>15</sup> O termo “crença” é usado no sentido Durkheimiano apud Boudon e Bourricaud (2007) como “guias de avaliação e de ação ‘selecionados’ ou, conforme o caso, construídos pelos atores sociais em função de sua personalidade, de sua situação e de seu meio”.



- 3.1.2 Um filho de 25 anos, chamado pela alcunha de Secreto porque não é tão conversador quanto os outros membros da família; vive com a companheira e três filhos (desta relação) em uma casa em alvenaria ainda em construção.
- 3.1.3 Uma filha de 23 anos: vive com o companheiro e duas filhas (de outros relacionamentos) em uma casa de tábuas de apenas um cômodo. A terceira filha desta foi doada para morar com a avó, haja vista que foi ela quem fez o parto improvisado no próprio sítio.
- 3.1.4 Uma filha de 22 anos: vive com o companheiro e três filhos. No período em que fiz visitas e entrevistas no sítio, esta estava de resguardo, portanto passando uma temporada em Macapá em uma propriedade cedida para seu esposo cuidar e residir por no período em que os proprietários estivessem ausentes. Ao final da coleta de dados, a família já estava de volta ao sítio.
- 3.1.5 Uma filha de 21 anos: vive com o companheiro e três filhos em uma casa de tábuas dividida por uma cortina em dois cômodos.
- 3.1.6 Uma filha de 20 anos: solteira e sem filhos, cursando o 2º ano do Ensino Médio, vive com a mãe na casa principal.
- 3.1.7 O filho caçula de 18 anos: vive com uma companheira de 16 anos que estava grávida no início de minhas visitas, mas o bebê nascera antes do final da pesquisa. Ambos moram em um *puxadinho* construído na lateral esquerda da casa principal. Neste faltava porta, tinha apenas uma tábua na parte inferior da entrada para evitar a entrada de animais. Dentro havia apenas uma cama de casal e algumas roupas em caixas, o que indica que o casal faz suas refeições com a “matriarca”.

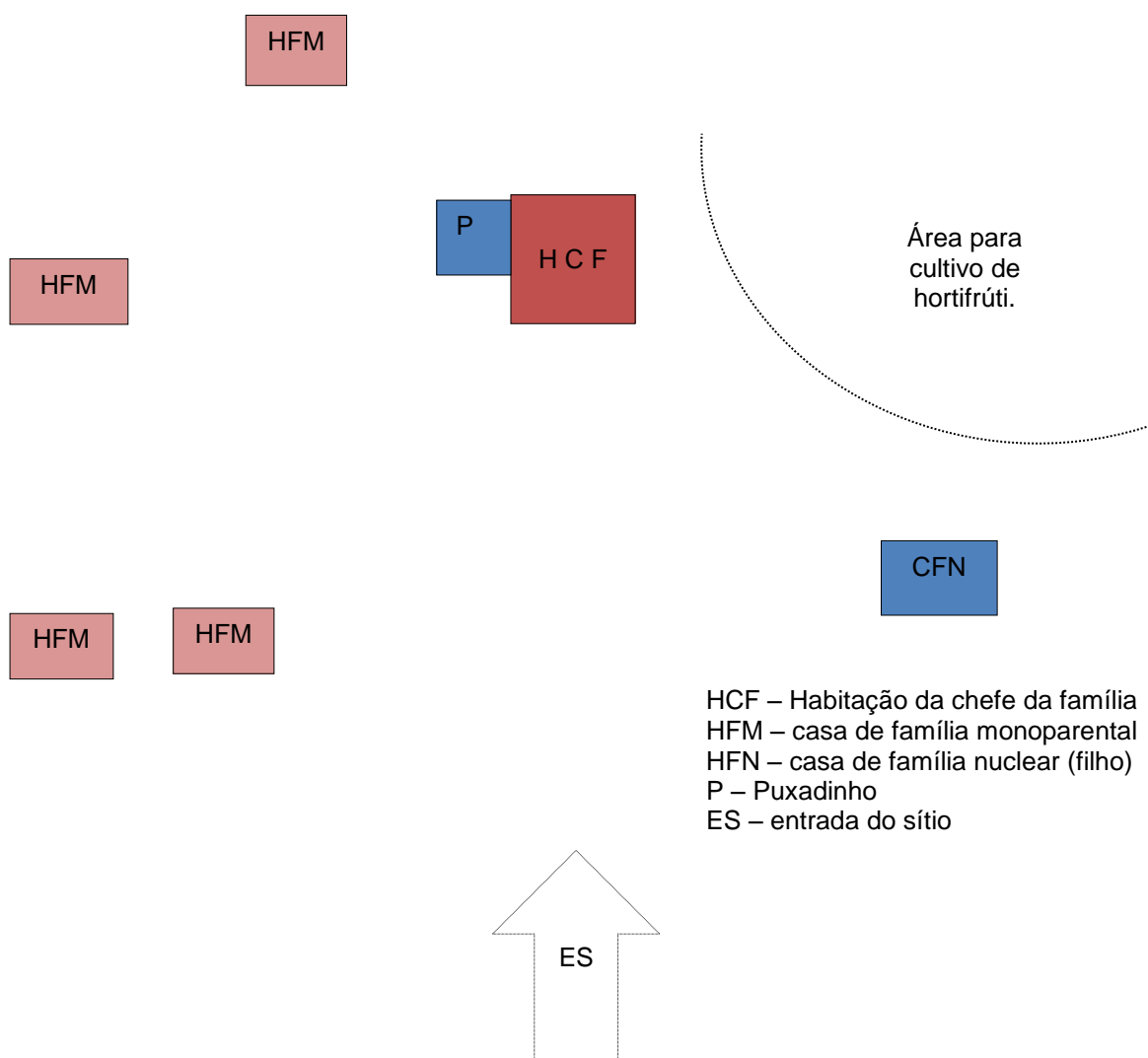


Figura 8 – Puxadinho na casa da “matriarca” Gertrudes.  
Fonte: arquivo pessoal. 2011.

### 3.2 Organização espacial do grupo

O grupo doméstico de dona Gertrudes vive como família extensa, tendo a morada como o meio mais evidente de que são todos componentes de um único grupo doméstico. Comumente em minhas visitas aos domingos encontrava todas as filhas e filhos na varanda da casa principal conversado, fazendo suas refeições em uma grande mesa disposta neste local, e mesmo desempenhando tarefas domésticas distribuídas em uma tabela feita a punho discriminando o dia de cada membro do grupo desempenhar determinadas tarefas como cozinhar ou lavar a louça.

Gráfico 3 – organização do espaço do sítio para cultivo e moradia coletiva.



#### 4 A REDE SOCIAL

Pelo postulado lévistraussiano assimilado por Woortmann (2004) em que o grupo nuclear ou biológico não pode mais se manter aparte, e o vínculo da aliança com outra família (por casamento, sociedade, compadrio, cooperativismo) assegura a dominância do social sobre o biológico e do cultural sobre o natural, pode-se entender que as relações sociais são fundamentais na lógica dos produtores do assentamento; como na afirmação de Woortmann (2004) em que “desde um ponto de vista contratualista, a família ‘isolada’ é a negação da sociedade, o que resultaria em: medo, ignorância, ódio”.

Embora não tenha encontrado laços de casamento entre as famílias campesinas investigadas, analisei um fato no qual os vínculos de aliança ou cooperação se mostraram imprescindíveis: a família de Gertrudes, em repetidas vezes que estive no assentamento, se mostrou estar afastada de outra família produtora em decorrência de desgosto por ter custos com transporte público até Macapá nos dias de feira enquanto uma feirante de outra família sempre dispunha do favoritismo do motorista do caminhão que transporta a mercadoria: ela vai e volta de carona na “boléia”.

O que começou como uma pequena disputa entre as mulheres mais velhas tornou-se desavenças entre todos os membros das famílias e acirrados conflitos durante algumas reuniões dos produtores, resultando no distanciamento de todos os membros das duas famílias não só no assentamento, mas também na feira. No entanto, devido a problemas com a produção, as famílias se reaproximaram em virtude de uma precisar aprender técnicas artesanais de enxerto que estavam dando certo na outra plantação. Por fim a rixa foi esquecida em virtude da cooperação entre os produtores ser essencial para atingirem resultados de produção e qualidade tão bons quanto o dos produtores de outras localidades que vendem na mesma feira.

Em sua obra *Cómo Sobreviven Los Marginados*, Larissa Adler de Lomnitz faz uma ampla abordagem sobre o problema da marginalidade dos migrantes e o sistema de reciprocidade que lhes possibilita formar redes sociais paralelas ao sistema vigente como forma de resistência, porém complementar no que tange ao fator económico. Estes geralmente ocupam o mesmo espaço físico e cultural, podendo ser desde favelas até assentamentos próximos às grandes cidades.

Todos ou quase todos os indivíduos do grupo compartilham da mesma ocupação, o que lhes possibilita estabelecer fortes laços de reciprocidade, confiança e solidariedade; o que é essencial para a subsistência do grupo, uma vez que seus membros tem baixa ou nenhuma

qualificação para o padrão capitalista industrial vigente. Frente a uma marginalização compulsória, os migrantes se estruturam em uma rede de relações de ajuda mútua:

La marginalidad asegura su supervivencia mediante el uso de la reciprocidad. Al compartir sus recursos, escasos e intermitentes, con los de otros en idéntica situación, el poblador de barriadas logra imponerse en grupo a circunstancia que seguramente lo harían sucumbir como individuo aislado. (LOMNITZ, 1997, pp. 25,26).

Para exemplificar esta teoria comparei com o relato de como a família de Gertrudes sobreviveu em tempos difíceis em que lhes faltava até comida. Foi quando se mudou de Macapá para o assentamento Padre Josimo, para trabalhar de caseira em um terreno de um conhecido – o senhor Alfredo. A proposta era que pelo cuidado da propriedade e plantação seria provido um modesto salário, moradia e ajuda de custo. Em vez disso, nem alimentação adequada foi provida à família de Gertrudes. A extrema escassez pode ser compreendida em uma das falas desta senhora:

Ele não cumpriu com nosso trato, pois às vezes a gente não tinha nem o que comer, eu e os meninos. Só não passamos muita fome porque alguns vizinhos e amigos levavam algumas coisas para gente. A Luzia às vezes dividia um quilo de arroz com a gente, ficava com a metade e me dava a outra metade. Feijão também; um quilo dava para nossas duas famílias.

Em 2004, o senhor Piauí, líder comunitário na época, resolveu também ajudar a família dando oportunidades esporádicas de trabalho como cozinheira em sua casa, onde aconteciam as reuniões do INCRA (Instituto Nacional de Colônia e Reforma Agrária) e TERRAP (Institutos de Terras do Amapá) na comunidade, uma vez que ainda não havia a sede da associação de moradores do assentamento.

O objetivo das reuniões mediadas pelo TERRAP era justamente tratar da redistribuição de lotes, uma vez que muitos se encontravam abandonados ou improdutivos, uma vez que o local era considerado uma área inóspita. Em uma dessas reuniões foi discutido a normativa de que quem tivesse dois lotes deveria perder a posse de um para que mais pessoas pudessem ter oportunidades. Oportunamente Gertrudes, já estimada por todos da comunidade pelos trabalhos prestados e também pelas excepcionais características de disposição e esforço para o trabalho pesado com a terra, foi contemplada com a posse de um lote que pertencia a um proprietário que tinha dois e não cultivava nenhum.

Não foi possível mudar imediatamente para o terreno, pois este não tinha nenhuma estrutura ou benfeitoria como poço ou casa. Gertrudes precisou manter o trabalho de caseira

onde habitava com os filhos até construir uma casa de tábuas no terreno e conseguir uma bomba para puxar água do poço de um vizinho. Ela recebeu doações de algumas telhas de amianto de vários amigos até juntar o suficiente e, com a ajuda principal do Sr. José Ailton (novo presidente da comunidade) pôde construir a casa de um cômodo de tábuas compradas de um vizinho, e então em abril de 2005 passou a habitar com todos os filhos na casa própria. Fez a mudança no caminhão<sup>16</sup> que transportava os produtos e produtores do assentamento para a Feira do Produtor Rural em Macapá. Neste relato percebe-se claramente o quanto a ajuda mútua entre “os iguais” foi decisiva para prover não só a subsistência mais também a melhoria de condição de vida do grupo familiar de Gertrudes. Ela por sua vez, em momento oportuno também pôde ajudar seus amigos e vizinhos com conhecimento de cultivo ensinado por seus pais agricultores, com favores e mesmo ajuda material para os membros da comunidade em situação precária.

Em outras palavras, é essa estrutura social própria desse grupo social que possibilita a sobrevivência dos seus membros face à marginalidade social em que geralmente estão inseridos, como afirma Lomnitz:

Sobre la precaria base económica de la marginalidad se ha levantado una estructura social específica, propia de este nicho ecológico, que tiene la característica de garantizar una subsistencia mínima durante los periodos más o menos largos e irregulares de inactividad económica. Esta estructura social comporta el predominio de un cierto tipo de agrupación: las redes de intercambio entre parientes y vecinos. Proponemos que estas redes de intercambio representan el mecanismo socioeconómico que viene a suplir la falta de seguridad social, remplazándola con un tipo de ayuda mutua basado en la reciprocidad (LOMNITZ, 1997, p. 26)

Observei consonância com o pensamento de Lomnitz o fato de que fazer parte destas redes não impedem seus membros de também fazerem parte do mercado de trabalho formal, haja vista que um dos filhos de Gertrudes, Juvenal, de 24 anos, casado e com três filhos pequenos, além de trabalhar na horticultura com a mãe, também teve um trabalho de caseiro em uma propriedade de veraneio de um cidadão rico de Macapá, que lhe proporcionou todos os direitos trabalhistas. Atualmente ele saiu do referido emprego, mas arranhou outro emprego de meio-período em uma mercearia em Macapá. Aliás, vale ressaltar que ele fornece cheiro-verde e outras hortaliças para a mercearia em que trabalha.

---

<sup>16</sup> O transporte de pessoas e produção era feito de maneira precária em um caminhão, mas atualmente apenas a produção é transportada de caminhão, pois é proibido transportar pessoas na carroceria. Os produtores, muitas vezes, pedem carona no próprio caminhão ou vão em outro meio de transporte pago por eles mesmos.

#### 4.1 Reciprocidade como mecanismo de coesão

De acordo com a explanação, pode-se perceber na família de Gertrudes uma forte dinâmica de reciprocidade que possui seu eixo na figura materna. O trabalho na horta, a criação diária das crianças, a garantia de recebimento de provisões como alimentos e medicamentos, assim como a própria liderança de Gertrudes constituem moedas correntes na lógica de troca manifesta no seio desse grupo familiar.

A liderança exercida por Gertrudes possibilita a própria existência da reciprocidade entre os membros do grupo familiar, já que é esta que toma as principais decisões da vida doméstica e econômica, sem as quais se tornaria inviável a coesão. Para melhor entender a reciprocidade especificada no trabalho convém a aplicação do conceito de rede social concebido por Lomnitz:

As redes sociales son construcciones abstractas que el investigador define de acuerdo al criterio que le interese (...) Lo que interesa al científico social es la forma en que las relaciones están ordenadas, cómo la conducta de los individuos depende de su ubicación en este ordenamiento y de qué manera influyen los individuos en los ordenamientos (LOMNITZ (2002, p.3).

Para um melhor entendimento da reciprocidade dentro da rede familiar e social de Gertrudes faço uso da narrativa de como se deu o falecimento do seu primeiro esposo, que além de não ser o provedor, ainda tentou vender a casa adquirida com dinheiro exclusivo da companheira (salvo a ajuda de seu irmão mais velho), mesmo em detrimento da necessidade residencial de toda sua prole. Em julho de 2008, aos 54 anos de idade, dez anos depois de ter abandonado a esposa e filhos, ele residia em Itaituba - PA com uma companheira de 17 anos (idade de sua filha caçula). Foi quando teve um AVC e, embora contasse com a presença esporádica da filha mais velha que insistiu em morar próximo ao pai, e tivesse a jovem companheira, foi a ex-esposa (Gertrudes) quem o socorreu para levar ao hospital, foi acompanhante durante os 10 dias de internação e arcou com as despesas de sepultamento.

Para poder arcar com despesas médicas e funerárias, ela teve ajuda do irmão que, embora residindo em Macapá, enviou dinheiro para comprar o caixão para o falecido ex-cunhado, haja vista que este não tinha nenhum contato com os possíveis parentes por parte de pai e mãe, e foi abandonado pela jovem companheira. Afirmam que esta, ao constatar a situação crítica da saúde do cônjuge, avisou à antiga família dele para ir socorrê-lo e fugiu

levando todas as economias do casal, o que nunca foi recuperado, nem a moça encontrada; não apareceu nem mesmo no enterro do cônjuge.

As passagens para Gertrudes ir até Itaituba foram doadas pela conselheira do tribunal de contas, Raquel Capiberibe, pois na época tinham uma conhecida em comum. Esta fez o contato entre a conselheira e a família pobre, passando a senhora Capiberibe a dar auxílio material esporádico – cestas básicas, etc. No período em que Gertrudes esteve ausente do assentamento, os filhos ficaram aos cuidados do Sr. Damião, amigo da família desde abril de 2007. Os vizinhos também auxiliavam sua prole com alguns mantimentos e suporte emocional ao Sr. Damião em sua tarefa.

Utilizando mais uma vez a proposição de Polanyi sobre a proeminência das relações sociais ante as econômicas, podemos inferir que este grupo familiar está imerso em uma forte estrutura cultural de solidariedade: o *homo economicus* cede espaço importante para o social. A produção econômica não é nada mais que consequência da dinâmica social presente neste âmbito familiar.

A economia do homem está submersa em suas relações sociais (...) ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social (...) o sistema econômico será dirigido por situações não econômicas (POLANYI, 1980, p. 65).

Portanto, o homem é um ser social por excelência, condicionado naturalmente à constante necessidade de conviver devidamente com os outros para a sobrevivência, sendo tal necessidade manifesta em todas as épocas e sociedades. Em consonância com essa ideia, percebi que não poderia compreender as famílias em estudo como meramente grupos coesos devido à carência material, indivíduos reunidos diante da compulsória e frequente necessidade de sobrevivência. Convém observar os limites dos fatores materiais que levam a tal agregação; pois para além de uma simplificação, existem características expressas na família, reveladoras da primazia social em grupos humanos.

De acordo com Malinowski (2008, p.37) “a maioria dos laços econômicos, senão todos, pertence a alguma cadeia de presentes e *contra-presentes* recíprocos, que a longo prazo se equilibram, beneficiando igualmente ambos os lados”. Para tanto, podemos dizer que os indivíduos tendem a mover-se naturalmente no sentido de fazer parte do todo, hora cedendo, hora beneficiando-se e assim sucessivamente.

As obrigações sociais são recíprocas, postula Polanyi, devendo o homem excluir do seu pensamento o auto interesse econômico para melhor servir a comunidade. Para tanto, variadas são as premiações sociais, como o prestígio, que estimulam o homem à aniquilação

dos interesses puramente individuais. Situações como “a exposição, as comparações e a avaliação pública impõem uma coerção psicológica definida sobre o doador” (MALINOWSKI, 2008, p36)

Essa lógica encontra-se, em dois princípios de comportamento vinculados à economia: reciprocidade e redistribuição. No caso dos agricultores do assentamento, é fato que sempre que algum produtor descobre uma nova técnica de cultivo, tem uma demanda acima de sua produção ou está em período de escassez, recorrem à rede de parentes e vizinhos, pois na mesma lógica em que os membros de uma tribo de caçadores entregam a caça ao chefe para redistribuição, os membros da rede em estudo regularizam, através de suas ações, o acesso de todos a bens e serviços comuns a sua realidade material e social, pois:

A falta de cumprimento deixa o homem em posição intolerável e a tibieza em seu cumprimento cobre-o de opróbrio. O homem que persistentemente desobedece às regras da lei em seus tratos econômicos, logo se encontra fora da ordem econômica e social - e ele tem perfeita consciência disso (MALINOWSKI, 2008, p38).

Um exemplo simples dessa teoria foi quando comecei frequentar a feira: todos mantinham certa reserva diante da minha pessoa. Assim que comecei a oferecer carona para retornarem ao assentamento, comprar em suas “bancas” pareceu-me que as senhoras passaram a ser mais cordiais e solícitas comigo. Quando me tornei ouvinte e até mesmo confidente de algumas partes de suas histórias de vida elas passaram a me tratar como uma amiga da família. Em um domingo eu que visitei o assentamento no período da manhã, fui convidada a ficar até a hora do almoço e comer da galinha caipira que estava sendo preparada para a família de Gertrudes. Foi nesse dia que, mesmo antes de terminar a refeição, tive que examinar a situação da netinha que estava com uma séria coceira. Como levava sempre comigo uma amiga que é estudante de enfermagem, pudemos diagnosticar uma infecção por fungos. Logicamente sugerimos que a garota fosse levada ao posto de saúde e melhorasse seus hábitos de higiene, embora quisessem que prescrevêssemos algum medicamento.

Em outra visita levei um presente para a senhora que seria entrevistada. Quando retornei para casa fui presenteada com laranjas e verduras cultivadas no sítio. Também fui presenteada na própria feira em um dia em que as vendas não estavam muito boas. Sem pagar, levei para casa: alguns pepinos, pés de alface e pimentas de cheiro. Eu, por minha vez, oferecia carona para voltar ao assentamento ou para levá-las ao supermercado mais próximo onde comprariam produtos industrializados ou pagariam algum boleto.



## 5 INFORMALIDADE E POBREZA

Pelos dados do censo do IBGE, em 2010 foi constatado que as mulheres ainda têm rendimentos bem menores que os homens; apenas 70,6% do auferido por estes. Em se tratando da região norte, o quadro é ainda mais contundente: 75,5%. No confronto das distribuições dos homens e das mulheres, observou-se, também, que os percentuais da parcela feminina foram maiores que os da masculina nas classes de “sem rendimento até um salário mínimo”. Em relatório da OIT (2010) consta que, embora entre janeiro e outubro de 2009 1,2 milhão de empregos formais terem sido criados no Brasil, a maioria dos empregos gerados na América Latina têm características de empregos informais; esta categoria concentra 53,8% dos empregos. Em análise dos impactos da crise econômica da última década, verificou-se também que a taxa de desemprego entre mulheres foi superior à dos homens.

Na feira e no assentamento, as mulheres objeto de minha pesquisa têm uma ideia sobre a própria existência que nem sempre é totalmente coerente com o referencial teórico sobre informalidade e pobreza, tampouco com muitas ideias empíricas sobre o tema. Ou seja, eles têm consciência de fazerem parte de um setor do mercado de trabalho que é instável e oferece pouco ou nenhuma seguridade, mas se mostram como trabalhadoras comuns, não marginalizadas, apesar de viverem na informalidade. A possibilidade um de emprego formal não lhes parece acessível e, em alguns casos, não é desejável, haja vista que o rendimento mensal de algumas famílias corresponde a um valor igual ou maior ao salário mínimo que sabem que seria recebido caso trabalhassem nos empregos oferecidos para pessoas com pouca ou nenhuma qualificação.

### 5.1 Feminização da pobreza

Em seu estudo “Chefia Feminina de Domicílio como Indicador de Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres Pobres”, Novellino (2004) afirma haver uma relação entre chefia feminina de domicílios e feminização da pobreza, ou seja, para a autora há comprovadamente um fenômeno no qual as mulheres vêm, ao longo das últimas décadas, se tornando mais pobres do que os homens. Ela atribui este fenômeno ao aumento no número de famílias pobres chefiadas por mulheres:

Devo chamar a atenção para o fato de que na perspectiva dos estudos sobre feminização da pobreza, os domicílios chefiados por mulher, enquanto seus objetos são aqueles onde há crianças e adolescentes, pois uma das questões principais

levantadas por estes estudos refere-se à transmissão intergeracional da pobreza. (...) o pressuposto é o de que os filhos das mulheres chefes teriam piores resultados em termos de educação e saúde, os quais limitariam suas possibilidades de sair da pobreza ao se tornarem adultos (NOVELLINO, 2004, p.7).

No referido estudo, Novellino transcorre sobre o que lhe parece fato: os filhos destas mulheres tendem a reproduzir a situação socioeconômica de suas mães, o que seria baixa escolaridade e, portanto, baixa qualificação que repercute em precária inserção no mercado de trabalho. “As mulheres chefes de domicílio e as mães adolescentes são os grupos mais vulneráveis<sup>17</sup> entre os pobres” e terminam por serem agentes involuntários perpetuadores da pobreza.

Em minha pesquisa, consegui traçar alguns paralelos entre o postulado da autora e os dados etnográficos do grupo, contudo, houve algumas discrepâncias perceptíveis. Em outras palavras, a maioria das entrevistadas, embora se considere pobre, não se vê como indivíduos que vivem na inércia laboral e social. Percebi em algumas falas o orgulho de se sentirem dignificadas pelo seu trabalho, pelos seus filhos e trabalho deste. Como na fala de Gertrudes:

Todo domingo vem os meninos (filhos) tudinho e a gente almoça aqui nessa mesa (na varanda). É assim, a gente fica até de tarde conversando (...) eles sempre me dizem tudo que tão pensando fazer, o que precisam e pedem minha opinião, e do Damião. Eu ajudo eles em tudo que posso, pois são todos trabalhadores, não são de bagunça não. Só no Natal que a gente se reúne todos aqui e eles bebem um pouco, mas não arranjam confusão; ficamos aqui mesmo, unidos. (...) e ninguém meche com eles não, pois somos pessoas direitas, uma família respeitada aqui no assentamento.

É contundente na fala da “matriarca” a satisfação com o respeito e prestígio adquiridos pela família até então. No entanto, parece que sua satisfação se dá mais pelo fato dos filhos e ela própria, apesar de viverem na pobreza e considerável vulnerabilidade, não se encontram em atividades ilegais ou ilícitas<sup>18</sup>. Em outras palavras, ao avaliar a situação de sua família,

---

<sup>17</sup> Para Castel, a vulnerabilidade social é uma zona intermediária instável que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. Se ocorrer algo como uma crise econômica, o aumento do desemprego, a generalização do subemprego, a zona de vulnerabilidade dilata-se, avança sobre a zona de integração e elimina a desfiliação. Os estudos sobre vulnerabilidade social, especialmente os que se aplicam à realidade dos países menos desenvolvidos, estão associados também à ideia de risco frente ao desemprego, à precariedade do trabalho, à pobreza e à falta de proteção social (DIEESE, 2007).

<sup>18</sup> Para um melhor entendimento entre atividades informais, ilegais e ilícitas, é relevante o estudo de Sousa (2004).

Gertrudes usa mais um referencial de trabalho e honra do que de inclusão social e perspectivas socioeconômicas favoráveis.



Figura 9 – Habitações de famílias matrifocais no assentamento Padre Josimo.  
Fonte: arquivo pessoal. 2011.

Para melhor esclarecer o paradoxo entre o discurso de Gertrudes e a realidade em que vivem seus filhos, é preponderante o fato de nenhum deles ter concluído o Ensino Médio. Na verdade a maioria tem baixíssimo nível escolar: todos pararam de estudar antes de completar o Ensino Fundamental; salvo a filha mais nova (18 anos) que está cursando o 1º ano do Ensino Médio, e a mais velha que voltou a estudar. Os outros alegam que não dispõem de tempo ou que estudar é incompatível com suas jornadas de trabalho, muito embora haja uma escola estadual bem próximo ao sítio.

Pude constatar que a precariedade da educação pública fornecida pela escola de Vila Abacate da Pedreira acentua o baixo índice de escolaridade da população bem como o alto índice de evasão escolar, como no caso de Juvenal, (filho de Gertrudes, marido de Luciete e pai de três crianças) que alegou ter parado de estudar porque o único horário de turma disponível para ele era incompatível com seu horário de trabalho. “Onde já se viu um pai de família passar a manhã toda sem trabalhar?”, questionou o entrevistado.

Sobre a situação de vulnerabilidade, relembro o domingo em que almoçava no sítio de Dona Gertrudes e tive que examinar sua netinha de seis anos que aparentemente estava com uma infecção por fungos. Ao perceber que para eles a formação de socióloga me dava

credenciais para apontar uma solução para o problema, incentivei a avó para que levasse a criança ao pediatra, fui informada que no Posto de Saúde o atendimento é feito por um enfermeiro ou agente de saúde<sup>19</sup> que em alguns casos prescrevem medicação ou indicam o atendimento médico de Macapá.

Em minha última visita à família de Gertrudes, uma de suas filhas grávidas me solicitou que a ajudasse a ter um atendimento médico adequado à sua “gestação de risco”, pois aos 24 anos já tem três meninas e está grávida de outra menina. A jovem mãe teve complicações no último parto devido à pressão arterial elevada, o que indica risco de eclampsia<sup>20</sup>. Ela deseja se submeter a uma cesariana seguida de esterilização<sup>21</sup>, mas não sabe como receber esse serviço pelo SUS (Serviço Único de Saúde). No acompanhamento médico feito no Posto de Saúde apenas indicaram que ela procurasse atendimento na maternidade do HC (Hospital Geral de Macapá), o que para a gestante é impossível, pois “as fichas para atendimento acabam antes do horário de chegada do ônibus que faz o itinerário entre Abacate Da Pedreira e Macapá”. Segundo a entrevistada, não existe no HC nenhuma facilidade ou serviço específico para atender mulheres como ela – gestantes que tem dificuldade de acesso ao serviço médico necessário.

Em documento sobre a igualdade de gênero (e racial), Laís Abramo, diretora do escritório da OIT no Brasil questiona sobre a necessidade de se repensar a inserção da mulher no mercado de trabalho, uma vez que este é precário e desigual ao de homens em decorrência de fatores naturais ao feminino, como a maternidade. Essas mulheres não tem possibilidade de, com seu trabalho, alcançar significativo avanço na situação socioeconômica de sua família, repetindo assim a mesma história de pobreza de sua família antecessora – pais e irmãos; situação que poderia ser revertida por meio de políticas públicas que conheçam e respondam às necessidades das mulheres:

Sustento neste texto o argumento de que a estruturação de sistemas de proteção social e políticas públicas capazes de contribuir efetivamente à superação das desigualdades de gênero e ao enfrentamento das tensões entre família e trabalho pressupõe não apenas superar a tradicional dicotomia entre “mulher cuidadora” e “homem provedor”, que esteve na base da constituição da grande maioria das

---

<sup>19</sup> Como voluntária da ação social “Saúde e Vida” promovida por uma ONG na margem do Rio Pedreira (em Vila Abacate da Pedreira), pude constatar a carência da população local. Em um domingo em que levamos equipe de saúde familiar e outros profissionais afins, foi impossível atender à demanda de pessoas que compareceram; desde recém-nascidos até idosos de 90 anos que chegavam a pé, de bicicleta e principalmente de barco pelo rio Pedreira.

<sup>20</sup> Eclampsia é uma séria complicação da gravidez e é caracterizada por convulsões. É um acidente agudo paroxístico da toxemia gravídica. Consiste em acessos repetidos de convulsões seguidas de um estado comatoso (WIKIPEDIA).

<sup>21</sup> Laqueadura de tubas uterinas.

instituições do Estado de Bem Estar Social, mas também superar a noção da *mulher como força de trabalho secundária*, que, apesar de todas as evidências empíricas em contrário, continua tendo uma grande persistência no imaginário social, empresarial, na teoria econômica e sociológica, e entre os formuladores de políticas públicas (OIT, 2010, p. 17).

Em significativo contraste socioeconômico à família de Gertrudes, está a família nuclear de dona Doralice. As duas são amigas desde quando se conheceram no assentamento, na chegada de Gertrudes. Doralice e o companheiro vivem da produção de aves e caprinos para venda na Feira do Produtor Rural. Embora viva dos mesmos meios que a amiga, orgulha-se em dizer que suas três filhas tem formação superior: uma é graduada em enfermagem pela Universidade Federal do Amapá e está trabalhando como enfermeira em Tartarugalzinho, outra está fazendo uma pós-graduação no Estado de Minas Gerais e a outra, depois de muito estudar exerce cargo público no TERRAP.

Doralice e o esposo custearam os estudos das filhas através de sua renda como produtores rurais, embora isso tenha sido bastante dispendioso em função da instabilidade dos resultados financeiros da família; pois “nem sempre dá para vender bem na feira, às vezes muitos animais voltam para o sítio”, como afirma a senhora de 56 anos que, apesar ter artrite e ser cardíaca, faz sozinha o transporte e a venda da produção da família.

Quando questionada sobre o porquê de seu companheiro e filhos não lhe ajudarem<sup>22</sup> na feira, ela não aparenta ressentimento quanto ao papel de cada membro da família; alega que o cônjuge ajuda bastante no trabalho no sítio, mas não tem jeito para trabalhar na feira, “não tem paciência”, diz a senhora. Isso nos remete ao já explanado sobre a chefia feminina mesmo na presença de cônjuge, sem que isso seja razão de conflitos, tornando-se a solução destes. Ou seja, cada um exerce o papel não de acordo com os ditames sociais, mas segundo o conjunto de ações necessárias para manter o grupo coeso e economicamente ativo. Doralice expressa claramente em suas falas que não se considera chefe da família. Pelos pontos similares e antagônicos entre os exemplos expostos, pode-se inferir que a teoria Weberiana<sup>23</sup> ainda é válida para explicar ações em vez de fatos sociais. Em outras palavras, pessoas em situações similares podem através de arbítrios diferenciados não sucumbirem ao determinismo socioeconômico histórico e alcançarem alguma mobilidade social. No entanto,

---

<sup>22</sup> Em todas as visitas que fiz a feira do produtor encontrei dona Doralice sozinha, com vários engradados cheios de galinhas caipiras. Ao que parece ser a regra geral da maioria dos feirantes, uns ajudam os outros quando podem, ou seja, ajudam com o peso, fornecem troco, vigiam o ponto de venda enquanto o outro faz uma refeição rápida ou vai ao banheiro ou realizar outra tarefa necessária. Isso remete ao já exposto sobre a reciprocidade como mecanismo de subsistência.

<sup>23</sup> Segundo o conceito de “ação social” de Weber, “nos momentos cruciais da história, um homem tomou certas decisões (...). Em cada instante, há tendências fundamentais que operam, deixando, contudo, uma margem de liberdade para os homens”. (ARON 2002. p.748).

é necessária cautela ao analisar as duas famílias, ressaltando que, embora as duas senhoras tenham cônjuge e desempenhem papéis aparentemente iguais no que tange ao trabalho, tem trajetórias de vida distintas que refletem em diferentes visões do mundo e, por conseguinte, diferentes maneiras de projetar seus objetivos e suas ações.

Para melhor entender como se dá essa diferenciação entre indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social, recorro à ideia de Velho (1994, p. 29):

O individualismo moderno (...) não exclui, por conseguinte, a vivência e o englobamento por unidades abrangentes e experiências comunitárias. Permite e sustenta maiores possibilidades de trânsito e circulação, não só em termos sociológicos, mas entre dimensões e esferas simbólicas. Saliente-se que a intensa participação em, por exemplo, rituais comunitários, em algum nível desindividualizantes, como foco numa identidade coletiva, não elimina o nível de escolha, de opção, de um indivíduo/sujeito, lidando com um repertório finito, mas com um extenso elenco de combinações.

O que a princípio parece um paradoxo na história dessa comunidade, nada mais é que fruto das ações individuais das filhas de dona Doralice que, por disporem de conhecimentos que lhes possibilitaram transitar entre duas esferas – o assentamento e a universidade – puderam transformar sua realidade, sem entrar em conflito com a identidade campesina, pois foi justamente essa identidade que lhes favoreceu ao chegarem ao campus universitário.

## **5.2 Informalidade como mecanismo de inclusão**

Como já mencionado, mais da metade dos empregos gerados na América Latina são empregos informais. No Brasil, pelo censo do IBGE em 2010, o rendimento médio mensal é de R\$ 1.202,00. No entanto, o rendimento médio da área rural apresentou grande distanciamento daquele da área urbana, mais acentuadamente nas Regiões Norte e Nordeste; sendo que na Região Norte o rendimento da área rural representou apenas 46,1% daquele da área urbana; consideremos ainda que o rendimento médio não está distribuído de forma planejada em todos os estratos da sociedade, portanto é um indicador que pode estar muito distante da realidade dos camponeses da região norte do país.

Para trabalhar com os conceitos de informalidade e pobreza como fatores determinantes de inclusão ou exclusão social, é relevante o estudo de Garcia (2006) sobre situações trabalhistas precárias que já alcançam até o mercado formal que outrora era considerado um ambiente de inclusão, deixando claro que a informalidade é caracterizada

pela exclusão; fator esse que em momentos de crise torna-se mais crítico, haja vista que está direta ou indiretamente ligado ao setor formal:

Com o aprofundamento da crise social, a desestruturação do mercado de trabalho acabou estendendo-se também aos setores formais, onde os trabalhadores eram antes considerados *incluídos*. Este fato deu novo sentido para o estudo da exclusão social, pois se tratava agora não mais de analisar situações extremas de inclusão ou exclusão, mas *situações intermediárias*, que seriam mais bem definidas pelo conceito de vulnerabilidade social aplicado ao mundo do trabalho. Este conceito, além de tratar de situações intermediárias, teria o mérito de analisar a dinâmica das condições de desigualdade e a mobilidade (ascendente ou descendente) que determinados grupos sociais estariam sujeitos (GARCIA, 2006 *in*: DIEESE, 2007 p. 12. Grifo meu).

Analisando os dados etnográficos, tenho a percepção que os produtores rurais do assentamento Padre Josimo, embora não estejam totalmente excluídos do setor socioeconômico formal (pois este está ligado com o informal), apresentam características de exclusão em decorrência de sua carência de benefícios comuns aos trabalhadores, como férias remuneradas, 13º salário, seguridade em casos de acidentes e doenças, entre outros; mas por outro lado, tem acesso a alguma assistência governamental como o *Bolsa Família*<sup>24</sup>, programas para construção de casa própria, e até mesmo benefícios de licença maternidade remunerada.<sup>25</sup> Embora todas as famílias entrevistadas tenham uma fonte de renda, poucos indivíduos tem trabalho fixo no mercado formal<sup>26</sup> que lhes assegure benefícios e seguridade social, o que, pelo conceito já discutido é indicador da vulnerabilidade social e pobreza. A baixa renda das famílias é evidente pelo fato de todas as famílias com filhos menores em idade escolar serem beneficiadas pelo *Bolsa Família*.

As mulheres entrevistadas e seus grupos familiares, de uma maneira geral, vivem em uma posição socioeconômica que pode ser definida por Castel apud DIEESE (2007): em “uma linha delicada que delimita as fronteiras” entre a inclusão através do trabalho gerador de renda do grupo e a exclusão em função da precariedade relativa desta fonte de renda, uma vez que embora os produtores recebam os referidos incentivos governamentais, estes são irregulares, de difícil acesso, e não são regulamentados de maneira simplificada para que os

---

<sup>24</sup> Programa Social Bolsa Família (programa do governo federal, de transferência direta de rendimento com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza).

<sup>25</sup> Fui informada deste benefício, mas nenhuma das entrevistadas usufruiu do mesmo; possivelmente pelo excesso de burocracia, como sugerido por uma entrevistada.

<sup>26</sup> Os poucos vínculos com o mercado formal são intermitentes com duração em torno de três meses.

supostos beneficiários possam requerê-los quando necessário. Estas são algumas das características da realidade dos indivíduos que atuam no mercado informal<sup>27</sup> de trabalho.

Uma exemplificação desta dinâmica social que possibilita seus atores agirem no limiar de dois sistemas – o formal e o informal – é feita por Lomnitz quando afirma que a informalidade é gerada nos interstícios da economia formal justamente para preencher demandas socioeconômicas que esta não alcança, ou ainda, gera através de uma extensa burocracia:

The degree of formality and the inability of the formal system to satisfy societal needs give rise to informal solutions. (...) Every increase in centralization and every additional attempt to control the economy increases the losses and delays due to inefficiency and thus stimulates the growth of informality as a palliative to scarcity. (LOMNITZ, 1988, p.13).<sup>28</sup>

Pelo acima proposto pode-se perceber que a economia formal cria a sua própria informalidade e quanto mais organizada a sociedade, mais difícil será para o grupo de indivíduos menos privilegiados fazerem parte do rol de trabalhadores formais, haja vista que o próprio sistema formal cria fronteiras cada vez mais elaboradas que demanda arranjos cada vez mais dinâmicos para superá-las: a informalidade em suas diversas formas e gradações ocupando espaços diversos:

These deficiencies give rise to informal solutions. The “second economy” branches out into most fields of economic activity. Private enterprises, where outlawed, spring up illegally in the consumer goods industries, in the marketing of quality farm and dairy products, and in luxury or high-technology items. Eventually most goods and services become available in this fashion, thus further decreasing the incentive to make the formal economy work (LOMNITZ, 1988, p.12).<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> Para definição de economia informal está baseada em Hart (1973) e De Soto (1989) os quais caracterizam economia informal como atividades não reguladas pelo Estado, em contraposição à economia formal. Embora atividades informais, ilegais e ilícitas tenham em comum o fato de não serem regulados pelo Estado, a informalidade pode ser dissociada de atividades criminais ou ilícitas, uma vez que estas implicam o “uso racionalizado da violência e corrupção como os principais recursos usados pelos operadores do sistema de trocas ilícitas e ilegais para fazer valer seus contratos” (Sousa, 2002; 2004).

<sup>28</sup> O grau de formalidade e a incapacidade do sistema formal em satisfazer as necessidades societárias produzem soluções informais. (...) cada aumento em centralização e cada tentativa adicional de controlar a economia aumenta as perdas e atrasos devido à ineficiência e, portanto, estimula o crescimento da informalidade como um paliativo para a escassez (tradução minha).

<sup>29</sup> Essas deficiências produzem soluções informais. A “segunda economia” se amplia nas mais diversas áreas da atividade econômica. Empreendimentos privados, sem controle da lei, surgem ilegalmente na indústria de bens de consumo, no mercado de granja e laticínios, e em itens de luxo ou alta tecnologia. Possivelmente a maioria dos bens de consumo e serviços torna-se possíveis neste modo, promovendo assim declínio na iniciativa para fazer a economia formal funcionar (tradução minha).



Os espaços das feiras dos produtores rurais representam fortes indicadores da incapacidade dos grandes mercados oferecerem hortifrúti a preço acessível a todas as classes da comunidade, oferecerem produtos regionais, bem como ser um espaço popular em que todas as pessoas se sintam confortáveis para comprar poucos produtos, interagir com os produtores sobre a procedência destes produtos, a possibilidade de cultivo e fornecimento de outros produtos desejados e assim por diante. Percebi no espaço da feira um ambiente onde pessoas não só fazem compras, mas interagem com seus iguais<sup>30</sup>.

Paralelamente ao trabalho de cultivo e venda dos legumes e frutas, alguns indivíduos buscam ter um segundo emprego para melhorar a renda e possibilidade de aquisição de bens e serviços necessários com alto valor agregado, bem como manterem-se nas entressafras e possíveis perdas da produção, haja vista que o solo é pobre e precisa de correção que nem sempre é feita por falta de dinheiro e conhecimento específico para tal. A situação de Juvenal, filho de Gertrudes, é um exemplo perfeito para esta afirmativa: no período da coleta de dados ele trabalhava meio período no Comercial Pé de Ouro e, juntamente com a esposa, também trabalhava na plantação de legumes e verduras que vendia na feira, para o estabelecimento comercial em que trabalhava e outros comércios de pequeno porte da zona norte de Macapá.

Para poder cumprir a dupla jornada de trabalho bem com fazer o constante fornecimento citado ele encontrava algumas dificuldades, sendo principal destas, a necessidade de um meio de transporte. Ao final de minha pesquisa ele estava planejando comprar uma motocicleta, mas esperava uma prometida soma de dinheiro que lhe seria enviada por uma cunhada que tinha um bom emprego em um país da Europa, embora eles não soubessem dizer o que exatamente ela fazia. Estas informações reforçam a ideia de que é necessária a inter-relação entre dividendos formais e informais para suprir o grupo; também é necessária a rede de parentesco e reciprocidade para suprir necessidades que seriam difíceis e até impossíveis ao indivíduo sozinho.

Outro exemplo importante da dinâmica entre o setor formal e informal é a possibilidade que alguns feirantes têm de estabelecer um acordo de fornecimento semanal ou quinzenal de verduras<sup>31</sup> ao Centro de Mobilização Social São Lázaro, do Instituto de

---

<sup>30</sup> Chamou minha atenção, uma senhora de aproximadamente 80 anos que sempre comparecia às feiras e comprava algumas verduras e frutas; mas a maior parte do tempo gastava perguntando aos produtores sobre o cultivo de alguns produtos que eram seus favoritos e o porquê de outros estarem em falta.

<sup>31</sup> As principais verduras fornecidas são alface, pepino, cheiro verde e couve, etc. Os produtores têm dificuldade em cultivar tomate, salvo uns poucos *mini* tomates. Esse é mais um indício de que a produção ainda é desprovida de conhecimentos técnicos como correção do solo e estufas para produzir maior variedade.

Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), através do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Alimentação Escolar<sup>32</sup>.

O pagamento é realizado mensalmente em depósito bancário, configurando mais um vínculo como aparato formal da economia. Tive acesso às notas de venda<sup>33</sup> feitas por dona Gertrudes que, embora tenha acatado os termos do contrato, reclama que os preços pagos são bem inferiores ao praticado no mercado formal, às vezes menos de 50% deste. “Às vezes o pagamento também atrasa”, reclama a produtora.

### 5.3 Gradações de pobreza, mobilidade social

Como implica a nomenclatura, os feirantes da Feira do Produtor Rural só podem ter acesso a esse espaço de comércio razoavelmente organizado se forem os reais produtores de todos os produtos dispostos para venda, com raras exceções de trocas de produtos entre eles quando precisam cumprir alguma demanda fixa como a do RURAP.

São as encomendas que garantem algum lucro fixo independente da freguesia, pois essa “é fraca às vezes”, reclamam os feirantes. Dona Doralice alega que está “cansada de voltar para o sítio com os engradados cheios de galinha”. Outra feirante disse que para não ter o trabalho de retornar ao sítio com tantos produtos não vendidos, resolveu doar para moradores das proximidades da feira. Outra simplesmente jogou no lixo o excedente não vendido.

Os fatores citados mostram a instabilidade do negócio destes trabalhadores informais, o que reforça a ideia de vulnerabilidade social em que a maioria se encontra. Uma das feirantes ressaltou que “isso não dá para muita coisa”. Os feirantes precisam estar sempre encontrando “atravessadores”<sup>34</sup> que comprem seus produtos em grande quantidade e que, às vezes, aceitam ficar (por um bom preço) com o que não foi vendido na feira, pois “tem dias que sobra muita coisa. O povo vem e compra um saquinho de acerola, um pé de alface (...) isso não dá para viver. Vendo para atravessador mesmo”, afirma dona Gertrudes.

---

<sup>32</sup> Criado em 2003, é uma das ações da Estratégia Fome Zero. Propõe que, do total dos recursos repassados para a merenda escolar, 30% deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, priorizando as comunidades tradicionais e as comunidades quilombolas.

<sup>33</sup> De acordo com as notas analisadas em 2011, a entrega média semanal era no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

<sup>34</sup> A venda para atravessadores não é uma ação aceita dentro da Feira do Produtor. Fiscais da prefeitura fazem visitas esporádicas para verificar dados como estes; o que pode significar a exclusão do produtor. Uma feirante me informou que uma cliente ameaçou denunciá-la, pois ao não encontrar mais verduras na “banca” deduziu que a mesma tinha sido vendida para atravessadores.

Chamou minha atenção, alguns feirantes que trabalham do lado de fora da feira. Estes não têm acesso ao local porque são atravessadores ou simplesmente porque lhes faltam algumas das exigências burocráticas para serem qualificados como produtores. Em alguns casos, esses comerciantes compram dentro da feira e vendem do lado de fora, com a facilidade de levar até o carro, moto ou bicicleta de clientes exigentes, como na figura 10.



Figura 10 – Bancas informais fora da feira.  
Fonte: arquivo pessoal. 2012.



Figura 11 – Comercialização de itens usados na feira.  
Fonte: arquivo pessoal. 2012.

Durante as minhas idas à feira, parei em um ponto de comercialização de roupas e sapatos usados localizado na esquina – uma barraca improvisada com hastes de ferro e coberta com uma lona. Um cordão estendido da barraca à placa de identificação da rua serve para dispor alguns modelos pendurados em cabides, enquanto uma lona no chão serve para disposição dos pares de calçados, na maioria, bem velhos e fora de moda.

Encontravam-se no local, a proprietária, uma senhora de 47 anos – dona Jacira e duas crianças que ela identificou como seus netos. As crianças pareciam abatidas como forte sol do meio-dia, portanto descansavam sobre um pedaço de papelão disposto embaixo da banca. O cachorro da família também estava lá. A situação desta trabalhadora informal apresentava-se abaixo da linha de pobreza que caracterizava os outros feirantes, pois não tinha a oportunidade nem de dispor seus produtos dentro no perímetro da feira, protegida do sol do meio-dia.

Em entrevista informal, a senhora me falou que é a principal responsável pela manutenção da família, bem como o cuidado com os netos, pois suas filhas, mães das crianças, trabalhavam fora. Quando questionei sobre a existência de um cônjuge ela me respondeu que tem um “homem que é o pai das filhas, mas ele mais dá trabalho do que trabalha, mesmo assim vive com a família”.

Quando quis saber sobre a procedência de todas aquelas roupas e sapatos ela pareceu titubear, mas afirmou que todas são compradas ou trocadas em sua residência – em uma área de “ressaca” do bairro. Quando me mostrei amistososa em querer apenas compartilhar de suas dificuldades na informalidade, ela pareceu acreditar e alegou que receia pesquisas e fotos porque seu trabalho é discriminado por muitas pessoas. “Tem gente que não dá valor e julga mal o que fazemos”, afirmou a senhora. Sua hesitação foi mais acentuada quando tratamos sobre a procedência da roupa, o que pode significar que a aquisição destas é duvidosa, podendo incorrer em ilegalidade ou simplesmente falta de ética. Mais informações sobre o assunto poderia implicar em seu reconhecimento como trabalhadora com dignidade. Seu *status* já aparentava ser inferior aos demais, pois não era produtora, nem ao menos tinha a posse da terra – como os indivíduos dentro do perímetro da feira.

Na última pesquisa realizada na feira, em dezembro de 2012, a senhora e os netos continuavam com o negócio de roupas e sapatos usados no mesmo local, mas havia uma concorrente: outra senhora também montou uma banca de roupas usada na rua lateral da mesma esquina. Estão separadas por poucos metros em um ângulo 90 graus. Esta última não se dispôs a entrevistas, possivelmente por ainda estar tentando se estabilizar dentro das condições possíveis ao seu negócio e sentir-se ameaçada por possíveis funcionários públicos que esporadicamente averiguam o local.

O breve exposto possibilita traçar um paralelo com a assertiva de Novellino (2004) sobre chefia feminina e pobreza. Ou seja, embora neste estudo não possa estabelecer a matrifocalidade e chefia feminina como razão da pobreza de todas as mulheres e suas respectivas famílias, certamente, pela análise e comparação dos dados etnográficos é perceptível um forte elo entre estes dois fenômenos. Ressaltando que todas as filhas de Gertrudes aparentam a mesma situação de vulnerabilidade social da mãe, e parecem estar transmitindo a mesma situação para os filhos: as crianças já apresentam índice de escolaridade incompatível com a faixa etária. Os netos da vendedora de roupas usadas ficaram durante todo o período da feira na banca com a avó, o implica falta à escola e quaisquer outras atividades educacionais.

O elo entre matrifocalidade e pobreza me pareceu tão acentuado quanto o da informalidade e pobreza, embora seja impossível fazer generalizações, haja vista algumas contradições entre as famílias analisadas. Ressalto o exemplo das filhas de dona Doralice: as três estudaram em escolas públicas de Macapá e com o incentivo e custeio dos pais – agricultores pobres com baixíssima escolaridade – cursaram respectivamente Economia Doméstica, Zootecnia e Enfermagem em universidades Federais, uma delas localizadas nos

estados do Rio de Janeiro e outra em Minas Gerais. Além do curso elas também receberam benefícios por serem filhas de agricultores, como relata a mãe, dona Doralice.

Obviamente o sucesso das moças não se deu sem exposição a diversas situações de vulnerabilidade<sup>35</sup>, mas ambas conseguiram superar o estigma de exclusão social dos pais. A mais velha é graduada em Economia Rural pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa em Minas Gerais, a segunda é graduada em Zootecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e a caçula graduou-se recentemente em Enfermagem pela Universidade Federal do Amapá. Ambas vivem e trabalham no Amapá atualmente: As duas mais velhas ocupam cargos públicos em Macapá, e a caçula, enfermeira, trabalha em Tartarugalzinho.

É bastante curioso o fato de apenas os três indivíduos acima citados terem conseguido se destacar do grupo, embora recorram a ele para fundamentar suas identidades seus papéis de “filhas de agricultores”, o que indica que não houve ruptura com o grupo familiar. Gilberto Velho (1994) em sua análise sobre as sociedades complexas desenvolveu o conceito de *metamorfose* – fenômeno atribuído à contínua reconstrução dos indivíduos em decorrência do “trânsito entre domínios e experiências mais diferenciadas e de um repertório de papéis sociais” condicionados a essas múltiplas realidades que, por sua vez, são socialmente construídas. Essa conceituação explica como, em dado momento, as moças embora fizessem parte de um grupo social caracterizado pela pobreza e baixíssimo índice de escolaridade, conseguiram atuar em outro ambiente e neste obter êxito.

Um dado curioso é a situação do único filho homem da família: Um jovem de 27 anos, com cônjuge e filhos. Embora ele tenha vivido sob as mesmas circunstâncias das irmãs e toda a família, optou por não dar prosseguimento aos estudos. Atualmente tem uma banca na Feira do bairro Novo Horizonte, em Macapá, onde abate e vende as aves criadas no sítio da família. Este se resignou a perpetuar a situação de informalidade e pobreza dos pais, e não se dispôs a entrevista para relatar os seus motivos, fato que nos faz retornar ao pensamento weberiano e sua sociologia compreensiva sobre a ação social.

---

<sup>35</sup> Pelo relato da mãe, quando a filha mais velha soube da possibilidade de uma filha de agricultores cursar uma universidade federal, partiu de barco e ônibus para o Rio de Janeiro sem ter nenhuma perspectiva, apenas um conhecido que já estudava na referida universidade. Lá chegando, abrigou-se inicialmente no próprio terminal rodoviário até fazer amizade com uma moça que lhe ofereceu estadia em seu apartamento. Prestou vestibular no Rio de Janeiro e Viçosa em Minas Gerais e foi aprovada nas duas. Optou por estudar Viçosa. Na época da proeza desta, o pai foi prestigiado pelo governador João Capiberibe, e ainda teve *outdoor* em Macapá para parabenizar as “filhas que honram a família e o estado do Amapá”, exclama dona Doralice, visivelmente orgulhosa.

Ao comparar as famílias agricultoras entrevistadas, um importante detalhe reforçou o elo entre chefia feminina e feminização da pobreza: as famílias cujo genitor e *pater* é presente, mesmo com alguma renegociação de funções e tarefas, são justamente as famílias cuja prole teve maior inserção e mesmo ascensão social; em alguns casos, como as filhas de dona Doralice, uma ascensão vertiginosa, pois ambas vivem em padrão de classe média, embora os pais continuem no assentamento<sup>36</sup>.

Observei que a postura de ética e honra internalizada e mantida pelo casal de pais que, embora idosos e cansados, permanecem sendo agricultores sem nada exigir das filhas de condição bem mais avantajada pode ser entendida no que Woortmann (1990, pp. 57,60) chama de *espírito da reciprocidade*:

O sítio, a Colônia, a comunidade da Amazônia e mesmo a fazenda, são territórios de reciprocidade (...). É, todavia, a noção de reciprocidade, mais do que a noção de troca, que permite entender a campesinidade em sua dimensão mais geral. Isto porque a reciprocidade não significa, necessariamente, a troca, mesmo que atenha como paradigma. Reciprocidade não significa, necessariamente, a circulação de objetos concretos. O espírito da reciprocidade se afirma pela negação do negócio, ainda que nada seja trocado. (...) A reciprocidade, seja como troca obrigatória, seja como espírito que se opõe ao da mercadoria, opera no interior do sítio (ou de outras construções sociais análogas) porque este sendo um território de reciprocidade é também um campo de honra.

No referido artigo “com parente não se neguceia<sup>37</sup>” Woortmann (1990) estabelece a “honra” como a diretriz ética do trabalho campesino que constitui o pai de família e permeia a noção de que família, trabalho e terra constituem a ordem moral do grupo. Esta teoria vem ao encontro do que dona Doralice sempre menciona com inegável contentamento e orgulho ao dizer que suas “filhas reconhecem que se são o que são, devem aos pais agricultores”. Parece ser este o retorno que os pais sempre almejam: mobilidade social aos filhos e honra para família.

---

<sup>36</sup> Quando indaguei dona Doralice sobre a possibilidade das filhas ajudarem os pais a mudarem de vida, ela respondeu em um tom de resignação que mesmo que ela queira deixar o sítio e a labuta, isso não será viável pois o esposo não quer sair de lá. Se isso é um fato ou resposta politicamente correta, pareceu-me inadequado investigar. Pois poderia macular a honra e união da família.

<sup>37</sup> “Neguceia” é o termo usado pelos camponeses para “negocia”. Woortmann utilizou o termo no contexto local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste trabalho, percebo a evidente existência de um leque de questões sobre a família na sociedade moderno-contemporânea a serem mais estudadas *in loco*, como a dinâmica que tem transformado e reconstruído sua estrutura tradicional conservando vários aspectos dos papéis e funções tradicionais. Certamente isso convoca à constante investigação dos processos complexos que regem as relações dos indivíduos que compõem a categoria família, pois estes estão em permanente reconstrução pelo processo que Gilberto Velho (1994) chama de *metamorfose*.

Pela proposição de Velho é possível inferir que as funções e papéis dentro dos grupos domésticos investigados são forjados pela realidade social do grupo, mas esta não delimita totalmente o campo de possibilidades dos indivíduos estabelecerem relações com contextos sociais diferentes e de projetar uma nova realidade em função destes novos contextos. Nos processos de projeção e ressignificação de papéis e reconstrução social, as mulheres conseguiram considerável projeção social e alguns novos status, mas, como já assinalado, não romperam com o modelo tradicional do “feminino” e ainda recorrem aos papéis relacionados a esse modelo sempre que lhes é conveniente ou necessário. Essa dinâmica pode ser vista em diversos momentos das histórias de vida de Gertrudes, Doralice, suas respectivas filhas e todas as outras mulheres investigadas. É importante, porém, não polarizar este estudo nem toma-lo como determinante da realidade dos indivíduos do assentamento e da feira, haja vista que por ser complexa, a sociedade moderno-contemporânea torna-se também relativamente indeterminada.

Alguns poucos indivíduos da comunidade se destacaram, mas é necessário considerar a existência de fatores que possibilitaram esta ascensão social: oportunidade e habilidade para acessar e utilizar informações e meios pertencentes a outras redes sociais; o que, por sua vez, externa o potencial da rede social e seus mecanismos complexos de inter-relação. Em termos gerais, na fluidez entre as esferas de atuação, as mulheres estudadas recorreram a imprescindíveis mecanismos para superar ou ao menos amenizar as condições adversas de sobrevivência: as redes de parentesco, as redes sociais, a informalidade e a reciprocidade.

## REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond, 1905-1983. As Etapas do Pensamento Sociológico. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- AUGÉ, Marc (direção). Os Domínios do Parentesco. Edições 70, Lisboa / Portugal. Título original: Les Domaines de La Parenté. Librairie François Maspero – 1975.
- BONETTI, Aline de L. Entre pesquisar e militar: Contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, 2006. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Alinne\\_de\\_L.\\_Bonetti\\_52.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Alinne_de_L._Bonetti_52.pdf)
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. Dicionário crítico de sociologia. São Paulo, Ática, 2007.
- CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>
- DAMATTA, Roberto. A Casa & a Rua – Espaço, Cidadania, mulher e Morte no Brasil. 5ª edição. Rio de Janeiro, 1997.
- DEL PRIORI, Mary. Historia das mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto, 2000.
- DIEESE – Departamento Intersindical de estatística e Estudos Socioeconômicos. Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social. Convênio MTE – DIEESE, 2007. Projeto de Qualificação Social para Atuação de Sujeitos ou Grupos Sociais na Negociação Coletiva e na Gestão de Políticas Públicas. Disponível em: [www.mte.gov.br/observatorio/sumario\\_2009\\_TEXTOV1.pdf](http://www.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf)
- DURKHEIM, Emily. Da Divisão do Trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- ENGELS, Friedrich, 1820 – 1895. A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado. 14. ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio Junior: dicionário escolar da língua portuguesa – 2ª ed. – Curitiba: Positivo, 2011.



FIGUEIRA, Mara. Quando elas é que mandam. Revista Sociologia, Ciência & Vida. 2007.

FOX, Robin 1967. Kinship and Marriage. Cambridge University Press, 1996. Printed in the United States of America.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Famílias e domicílios. IBGE, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico 2010. Características da População e dos Domicílios. IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

ILO. Global employment trends: January 2010 / International Labour Office. – Geneva: ILO, 2010 84 pp. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/---emp\\_elm/trends/documents/publication/wcms\\_120471.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_elm/trends/documents/publication/wcms_120471.pdf)

ITURRA, Raul. O Grupo Doméstico ou a Construção Conjuntural da Reprodução Social. Conferência apresentada ao Quarto Congresso de Antropologia de Espanha. Alicante. Abril. 1987. Disponível em: <http://www.repositorio-iul.iscte.pt>

LIPOVETSKY, Gilles, 1944 – A terceira mulher: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOMINITZ, Larissa Adler de. Cómo sobreviven los marginados. México: Editora Siglo XXI, 1989.

\_\_\_\_\_. Informal Exchange Networks in Formal Systems: A Theoretical Model. Disponível em: <http://www.colbud.hu/honesty-trust/lomnitz/pub01.PDF>

\_\_\_\_\_. Redes sociales e partidos políticos en Chile/ revista hispana para el análisis de redes sociales/ vol.3, 2 sept-nov, 2002. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es>

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso, Karl Polanyi e o “Grande Debate” entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 165-195, abr. 2012.

Disponível em: [www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3178&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3178&tp=a)

MENDES, Mary Alves. Mulheres no PREZEIS: conquistando a cidadania e redefinindo as relações de gênero. Recife, 2000. Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPE.

Disponível em: [www.periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD/article/viewFile/543/505](http://www.periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD/article/viewFile/543/505)

\_\_\_\_\_. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambiguidade da questão. 2002.

Disponível em:

[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_Gen\\_ST38\\_Mendes\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_Gen_ST38_Mendes_texto.pdf)

NASCIMENTO, Pedro Francisco Guedes do. Desemprego Masculino: Atualizações de gênero. Terceiro Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe – PRODIR III – Homens, Masculinidades (1999). Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/naci/documentos/texto-pedro-premiocnpq-spm.pdf>

NEUPERT, R.F., CALHEIROS, S.M.G., & TURCHI, L.M. 1988 – Os arranjos domiciliares das famílias matrifocais. Anais do VI Encontro da ABEP. Olinda. Disponível em:

[www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1988/T88V01A08.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1988/T88V01A08.pdf)

NOGUEIRA, Christina Gladys de Mingareli. A família em questão: Discutindo continuidades e diferenças entre gerações masculinas. VII RAM - UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2007 - GT 33 - Memória, Família e Relações Geracionais.

Disponível em: [http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Christina\\_Gladys\\_de.pdf](http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Christina_Gladys_de.pdf)

NOVELINO, Maria Salet Ferreira. Chefia Feminina de Domicílio como Indicador de Feminização da Pobreza e políticas públicas para Mulheres Pobres. Escola Nacional de Ciências Estatísticas/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, de 26 a 30 de outubro de 2004. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/SaletNovellino.pdf>

OIT. Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 1ª edição 2010. 216 p. Disponível em:

[www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/.../igualdade\\_genero\\_262.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/.../igualdade_genero_262.pdf)

POLANYI, Karl. A Grande Transformação - as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.

SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011.

Disponível em: [www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a03v13n27.pdf](http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a03v13n27.pdf)

SOTO, Hernando de. ¿Por que Importa La Economía Informal? Conferencia, en la Universidad Católica de Chile, 17 de noviembre de 1987.

Disponível em: [www.cepchile.cl/dms/.../rev30\\_desoto\\_conf.pdf](http://www.cepchile.cl/dms/.../rev30_desoto_conf.pdf)

SOUSA, Rosinaldo Silva de. Narcotráfico y economía ilícita: las redes del crimen organizado en Río de Janeiro. *En publicación: Revista Mexicana de Sociología, año 2004, no. 1*. IIS, Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, Universidad Nacional Autónoma de México, Distrito Federal, México.

Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rms/article/view/5979>

WEBER, Max. 1864 – 1920. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* / Max Weber; 3ª edição, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Martin Claret, 2007.

WOORTMANN, Klass. *Monoparentalidade e Chefia Feminina – Conceitos, Contextos e Circunstâncias*, 2002.

Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/woortmann.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/woortmann.pdf)

\_\_\_\_\_. *Com Parente Não se Neguceia – o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico/87. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

\_\_\_\_\_. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987.

\_\_\_\_\_. *Lévi-Strauss e a Família Indesejada*. Brasília, 2004. Disponível em: [www.ffyh.unc.edu.ar/archivos/serie351empdf.pdf](http://www.ffyh.unc.edu.ar/archivos/serie351empdf.pdf)

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. pp.11 – 30. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 1994.